

CPJ

**Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Setor da Justiça**

*DL
MK
aux*

A Formar para (Re)Integar

Atravessamos muros, chegamos a pessoas e transformamos vidas



Relatório de Gestão

2025



\$ ↓
m &
act

Índice

I	SUMÁRIO EXECUTIVO	3
II	CARACTERIZAÇÃO DO CPJ	7
III	ESTRUTURA ORGÂNICA E RECURSOS HUMANOS	10
IV	ESTRUTURA DE DIRIGENTES E ÓRGÃO SOCIAIS	17
V	ATIVIDADE FORMATIVA	19
VI	CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA FORMATIVA	28
VII	MODERNIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FORMATIVOS – INVESTIMENTOS PRR	34
VIII	ATIVIDADE DO CENTRO QUALIFICA	38
IX	OUTRAS ATIVIDADES	46
X	ATIVIDADE FINANCEIRA	56
XI	CONTABILIDADE DE GESTÃO	65
XII	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	68
XIII	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69

2

Entidades Outorgantes



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'M' and 'A'.

I – SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório pretende ilustrar a atividade desenvolvida pelo Centro Protocolar da Justiça (CPJ) no ano 2025. Como se poderá verificar, em 2025 os resultados globais são francamente positivos e evidenciam bem a dinâmica conseguida, quer ao nível da atividade operacional (execução da formação profissional, com especial destaque para o Centro Qualifica, quer da atividade associada às áreas de suporte.

3

- Em 2025 foram realizadas 303 ações de formação, 132 na modalidade de Educação e Formação de Adultos (EFA) e 171 na modalidade de Formações Modulares Certificadas (FMC) que abrangeram um total de 3.792 formandos.
- Dos 3.792 formandos 2.150 (57%) foram integrados em FMC e 1.642 (43%) em cursos EFA.
- Os cursos EFA representam 43,5%, sendo 67% de nível Básico, o que corresponde às necessidades dos formandos, uma vez que 80% dos reclusos condenados não têm sequer o nível secundário.
- Nos Estabelecimentos Prisionais (EP) concretizou-se 74% do plano de formação, com 224 ações que abrangeram 3.097 formandos, ou seja, 83% do universo total. Destes, 57% (1.755) frequentaram ações de FMC.
- Nos Centros Educativos (CE), foram abrangidos 695 formandos (mais 42 que em 2025), distribuídos por 79 ações (menos 5 do que no ano transato), o que corresponde a uma média de 2 ações por jovem.
- A execução das ações de formação nos Estabelecimentos Prisionais, foi prejudicada ao longo do ano de 2025 por diversas situações de greves e falta de elementos do Corpo de Guardas Prisionais que afetaram negativamente 60 ações, para além da impossibilidade de iniciarem 4 EFA e 4 FMC e o encerramento antecipado de uma ação EFA. Esta situação contribui para uma enorme instabilidade na execução normal do plano de formação que, para além de causar desmotivação e até algumas desistências por parte dos formandos, teve um impacto negativo, muito significativo, nos formadores externos, que por diversas vezes se deslocavam aos EP e se viam impedidos de realizarem a formação, situação que tem também vindo a criar sérias dificuldades na contratação de formadores, por parte do CPJ, com impacto direto na continuidade das ações de formação.
- Cada técnico superior afeto à formação profissional que desempenha funções de gestor de ação foi responsável por implementar e acompanhar, em média, 45 ações.
- A taxa de cobertura da formação profissional realizada pelo CPJ foi de 93% nos EP e de 100% nos CE, facto que constitui um indicador muito relevante da taxa de esforço do Centro, considerando o seu quadro de pessoal e a dispersão geográfica dos locais onde a formação se realiza, entre Bragança e Faro.

Entidades Outorgantes



R
f
M
ax

- Com efeito, o CPJ promoveu ações de formação profissional em todos os Centros Educativos (6) e em 40 dos 45 Estabelecimentos Prisionais existentes em Portugal Continental, sendo que em dois deles não existem condições para a realização de formação: o de Monsanto por se tratar de um EP de elevado nível segurança e o Hospital Psiquiátrico João de Deus, pelo perfil dos utentes. Do universo dos EP, e excluindo estes dois, só não se realizou formação profissional nos EP da PJ de Lisboa e PJ do Porto, bem como no EP de Lisboa, neste último caso a pedido do próprio EP (as ações previstas foram anuladas). A este número ainda acresce a formação desenvolvida na ala de inimputáveis do Hospital Júlio de Matos.
- A taxa de desistentes/abandonos foi de 15,7%, que corresponde a 594 formandos, sendo que em 7 EP não se registaram desistências.
- A esmagadora maioria das desistências (65,3%), tanto em EP como em CE, relaciona-se com fatores extrínsecos ao contexto formativo, como sejam a libertação ou fim de medida, a colocação em outras atividades dentro dos EP/CE, as transferências de EP/CE e a aplicação de sanções disciplinares. A situações por libertação/fim de medida, corresponde a 40,4% do total, com 240 formandos, sendo seguida da transferência de EP/CE que corresponde a 11,5%, com 80 formandos. É nos Estabelecimentos Prisionais que ocorrem a maioria das desistências/abandonos (61%) sendo a principal razão a “libertações/ fins de medida”, com 32,7%.
- A formação implementada abrangeu 48 saídas profissionais de 21 áreas de educação e formação.
- O CPJ contou-se com a colaboração de 28 agrupamentos escolares para a realização da formação nos vários EP e CE.
- A taxa de execução da atividade do Centro Qualifica (CQ) do CPJ, registou um salto quantitativo muito significativo em todos os indicadores de referência e ultrapassou largamente as metas definidas que, de resto, está em linha com o que se vem verificando desde 2023, sendo mais expressivo em 2025.
- Assim, em 2025, os processos RVCC realizaram-se em 18 EP, no Núcleo de Formação de Alcoentre, na Junta de Freguesia Vale do Paraíso e na IPSS Desafio Jovem. Foram inscritas 1.868 pessoas, que, face às metas, corresponde a uma taxa de execução de 220% e foram realizados 1.929 encaminhamentos, que representa uma taxa de execução de e 268%. Destes encaminhamentos, 90% (1.747) foram para formação profissional, dos quais 194 para entidades externas (11%). Foram integrados em processos RVCC 182 pessoas, tendo sido certificadas por esta via, 222 pessoas. No âmbito de outras modalidades de qualificação, foram certificadas 2.401 pessoas. Ao longo do ano foram realizadas 90 comissões de avaliação e certificação

Entidades Outorgantes



[Handwritten initials and signatures]

- Desde 2021, a equipa do CQ instruiu procedimentos administrativos para a atribuição por parte da ANQEP, IP do incentivo “Acelerador Qualifica” a 344 adultos.
- Os investimentos realizados ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) permitiram a beneficiação acumulada de 1.214 postos de formação, que corresponde a uma taxa de execução de 67%. Este investimento visa a beneficiação/ criação de 1.804 postos de formação que se encontram distribuídos por 43 locais de formação.
- 2025 foi também um ano marcado pela preocupação ao nível da desmaterialização de processos e da simplificação administrativa, como disso constitui exemplo a integração das plataformas HumanTrain e Primavera; o desenvolvimento de aplicações informáticas (ajudas de custo, crédito de horas e trabalho suplementar), o reforço da utilização do Dossier Técnico Pedagógico Digital, a eliminação de informações redundantes ao nível da contratação de prestadores de serviços; o alargamento da bolsa de formadores externos; ou a adoção da assinatura digital nos contratos celebrados com os prestadores de serviços.
- No que diz respeito aos Recursos Humanos, o CPJ conta com uma equipa de 35 pessoas, maioritariamente concentradas no escalão etário entre os 45 e os 54 anos. Cerca de 74% são mulheres e, aproximadamente, 80% integram a categoria de quadros superiores. Do conjunto dos/as trabalhadores/as, 80% integram os quadros permanentes.
- Em 2025, foram trabalhadas 51.544h, das quais 441h são referentes a trabalho suplementar, o que corresponde a uma média de 14h por pessoa, excluindo os dirigentes.
- No âmbito do direito individual à formação, foram frequentadas 846 horas de formação, que correspondem a uma média de 25h/trabalhador/a. Os dirigentes frequentaram 97 horas, as/os técnica/os superiores frequentaram 584 horas de formação contínua e os assistentes técnica/os 165 horas. Do conjunto da formação frequentada, 76% foi em regime *e-learning*.
- A formação contínua teve um custo de € 14.618,37, correspondendo € 2.564,85 a valores efetivamente gastos no pagamento das ações de formação e € 12.053,52 a horas pagas e não trabalhadas para frequência da formação.
- Para a execução do Plano de Atividades de 2025, o CPJ arrecadou uma receita total líquida de € 5.432.463,09 (mais € 516.832,54 face a 2024) e realizou despesas num total de € 5.411.238,96 4.905.834,65 (mais € 505.404,31 que em 2024), correspondendo a uma taxa de execução de 99,6% (execução sobre receita arrecadada) e de 74 % (execução face ao orçamento).

Entidades Outorgantes



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

- Apurou-se no ano de 2024 um saldo de gerência de € 21.224,13, mais € 11.428,23, face ao saldo de gerência apurado no ano de 2024, de € 9.795,90.
- A informação detalhada da atividade financeira do CPJ encontra-se no capítulo IX– Atividade Financeira deste documento.
- Por fim, realça-se a realização das obras de requalificação da sede, ainda em curso, que contaram com um reforço no orçamento do Centro por parte do IEFP, IP e que vêm contribuir para a um maior conforto e dignificação das condições de trabalho de toda a equipa.

6

Este relatório encontra-se subdividido em treze capítulos, como a seguir se descreve. No primeiro capítulo, procede-se a uma descrição sumária da atividade desenvolvida. No segundo faz-se uma breve caracterização do CPJ. O terceiro é dedicado à apresentação da estrutura orgânica e à caracterização dos recursos humanos, horas de trabalho realizadas e formação interna proporcionada. Seguem-se o capítulo quarto que descreve a composição dos Órgãos Sociais e as reuniões realizadas em 2025, bem como a composição da estrutura de dirigentes. Nos quinto e sexto procede-se, respetivamente, à descrição e caracterização da atividade formativa promovida pelo CPJ. O sétimo pretende evidenciar os investimentos feitos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. No oitavo ponto descreve-se a atividade do Centro Qualifica. O nono é dedicado à descrição de um conjunto de projetos e atividades no âmbito dos quais o CPJ participou ou dinamizou. Os décimo e décimo primeiro e décimo segundos capítulos centram-se na execução financeira do Centro, nos indicadores de gestão e na demonstração dos resultados contabilísticos conseguidos no ano económico de 2025. No décimo terceiro e último ponto, em jeito de conclusão, apresentam-se algumas reflexões finais que refletem os desafios e as oportunidades com que o CPJ se depara no exercício da sua missão, deixando-se algumas sugestões.

Entidades Outorgantes



Handwritten initials and marks: a dollar sign, a horizontal line with an arrow, and the letters 'M' and 'a'.

II – CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO PROTOCOLAR DA JUSTIÇA (CPJ)

1. O Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça, abreviadamente Centro Protocolar da Justiça (CPJ), foi criado, ao abrigo do Dec. Lei n.º 165/85, de 16 de maio, pela Portaria n.º 538/88, de 10 de agosto, que homologou o protocolo celebrado entre os então Ministério do Trabalho e Segurança Social e o Ministério da Justiça, envolvendo o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP, IP) e vários serviços atualmente com novas configurações orgânicas e dependências tutelares ou, entretanto extintos, nomeadamente a Direção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, a Direção-Geral dos Serviços Prisionais, o Gabinete de Planeamento e Combate à Droga e o Instituto de Reinserção Social. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, operou-se a fusão das duas Direções-Gerais referidas, dando lugar à criação da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) que é, atualmente, o único serviço que representa o Ministério da Justiça neste Centro de Formação Protocolar.
2. A atividade do CPJ abrange todo o território continental nacional.
3. O CPJ é uma associação pública, de carácter misto, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio, tendo sido considerada como entidade pública reclassificada através da LEO (Lei n.º 22/2011, de 20 de maio que procedeu à 5.ª alteração à Lei 91/2001, de 20 de agosto) passando, por essa via, a integrar os serviços e fundos autónomos do Estado. Aos trabalhadores aplica-se o disposto no Código do Trabalho.
4. De acordo com o artigo 21.º do protocolo constitutivo, as dotações orçamentais de funcionamento são suportadas pelo orçamento do IEFP, IP, até 85%, e a parte restante pela DGRSP. As dotações orçamentais de capital são integralmente suportadas pelo orçamento do IEFP, IP.
5. A sua atividade é regulada pelo Orçamento e Plano de Atividades anuais, aprovados pelo Conselho de Administração do CPJ, de acordo com os plafonds e orientações emanadas pelo IRFP, IP.
6. A atividade do CPJ é dirigida à população jovem e adulta que se encontre a cumprir medidas privativas de liberdade e, por conseguinte, toda a sua ação decorre em EP e CE.
7. O seu plano de formação desenvolve-se nos Estabelecimentos Prisionais (adiante designados EP) de Complexidade de Gestão Média e Complexidade de Gestão Elevada, bem como nos Centros Educativos (adiante designados CE).
8. A atividade formativa e a atividade promovida pelo Centro Qualifica inscrevem-se no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações e cumprem as disposições específicas das Portarias regulamentadoras.
9. Através do Despacho n.º 1971/2017, de 08 de março da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP (ANQEP, IP), autorizou ao CPJ a criação e o funcionamento de um Centro Qualifica (CQ)

7

Entidades Outorgantes



\$

R

cujo âmbito de intervenção é a NUT III da Lezíria do Tejo tendo, posteriormente, autorizado o regime de itinerância pelos EP e CE disseminados pelo território continental.

10. Em Portugal continental existem 45 EP e 6 CE. Deste conjunto de EP, o CPJ só não tem condições de intervir no de Monsanto por se tratar de um EP de alta segurança e no Hospital Psiquiátrico João de Deus, pelas características da sua população.
11. Os EP são estruturas físicas localizadas tanto em grandes centros urbanos, como em zonas rurais, e integram diversos regimes de reclusão, possuindo, genericamente, condições para o desenvolvimento de atividades de formação profissional.
12. Os CE encontram-se edificados em zonas semirurais e urbanas e dispõem de estruturas físicas destinadas a atividades de formação profissional. Integram, por ano e em regime de internamento, cerca de uma centena e meia de jovens.
13. A maior parte dos equipamentos utilizados nas ações de formação profissional são propriedade do CPJ, tendo sido adquiridos com verbas do orçamento próprio, existindo, contudo, algumas salas de formação, quer nos EP, quer nos CE, que foram apetrechadas pela DGRSP com recurso a fundos desta Direção-geral.
14. A sede do CPJ situa-se num edifício do Ministério da Justiça, onde se encontra instalado o Centro Educativo Navarro de Paiva, em S. Domingos de Benfica, e dispõe de um Núcleo de Formação Profissional em Alcoentre (NFA), situado numa propriedade rústica localizada na proximidade dos Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre e de Vale de Judeus, sendo também neste Núcleo a domiciliação do Centro Qualifica (CQ) do CPJ. O CPJ dispõe ainda de um pequeno Pólo, localizado em Paços de Ferreira, numa casa de função cedida pela Direção do EP e que fica numa zona limítrofe do respetivo EP.
15. O quadro de pessoal é composto por 36 trabalhadoras/es, aos quais se aplica o regime do Contrato Individual de Trabalho estabelecido no Código de Trabalho e na respetiva regulamentação. Em 2025, estiveram ao serviço 35 trabalhadoras/es, existindo vago um lugar de 1 chefe de divisão.
16. Para o desenvolvimento das ações de formação, o CPJ contrata prestadores de serviços, com perfil e competências adequadas às características de cada ação de formação, respeitando as regras do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual versão) e da Portaria n.º 214/2011, de 30 de maio, que estabelece o regime de formação e certificação de competências pedagógicas dos formadores que desenvolvem a sua atividade no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações.
17. Como o CPJ desenvolve a sua atividade nos EP e CE disseminados por todo o território continental, para se assegurar um estreito acompanhamento da formação desenvolvida, os técnicos superiores afetos à Divisão de Qualificação (DQ) realizam visitas regulares aos mesmos, e asseguram uma permanente

M
a

Entidades Outorgantes

articulação com os técnicos dos EP e CE, bem como com toda a equipa formativa envolvida, nomeadamente os mediadores, os formadores e os professores.

18. Este Centro Protocolar não dispõe de pessoal técnico ou administrativo nos EP nem nos CE, recorrendo, para coadjuvação da sua atividade, às respetivas equipas técnicas daquelas estruturas da DGRSP.
19. O levantamento das necessidades de formação, é realizado em articulação com a DGRSP e as direções dos EP e dos CE, atendendo às expectativas de qualificações profissionais e escolares dos reclusos e jovens em cumprimento de medida tutelar educativa de internamento. A seleção de itinerários de formação é realizada em consonância com as áreas de formação consideradas prioritárias por parte do IEFP, IP e de acordo com as condições físicas e recursos disponíveis em cada local de formação.
20. O CPJ garante a divulgação das ações de formação junto da população reclusa mediante a afixação de cartazes e a realização de sessões de esclarecimento locais, sem prejuízo da difusão do seu Plano de Formação promovida pelo CPJ e serviços centrais da DGRSP e publicitação no site do CPJ.
21. Relativamente à intervenção do CPJ nos CE, a formação profissional é garantida ininterruptamente mediante a realização de cursos de Educação Formação para os jovens ainda abrangidos pela escolaridade obrigatória, e independentemente da data de início do cumprimento da respetiva medida tutelar educativa.
22. Dada a obrigatoriedade dos jovens em cumprimento de medida tutelar educativa de internamento em CE, estarem enquadrados em atividades de educação e formação, todos os jovens são inscritos nas ações de formação promovidas pelo CPJ, única entidade promotora e formadora, junto deste público-alvo.
23. A constituição dos grupos de formandos nos EP resulta dos encaminhamentos realizados pelos técnicos do CQ do CPJ, tendo por base a análise da informação constante das fichas de inscrição e dos questionários aplicados em sessões coletivas, em conformidade com o disposto na Portaria n.º 86/2022, de 4 de fevereiro e da decisão final das direções dos respetivos EP onde decorrem as ações de formação.

Entidades Outorgantes



Handwritten signatures and initials: \$, M, act

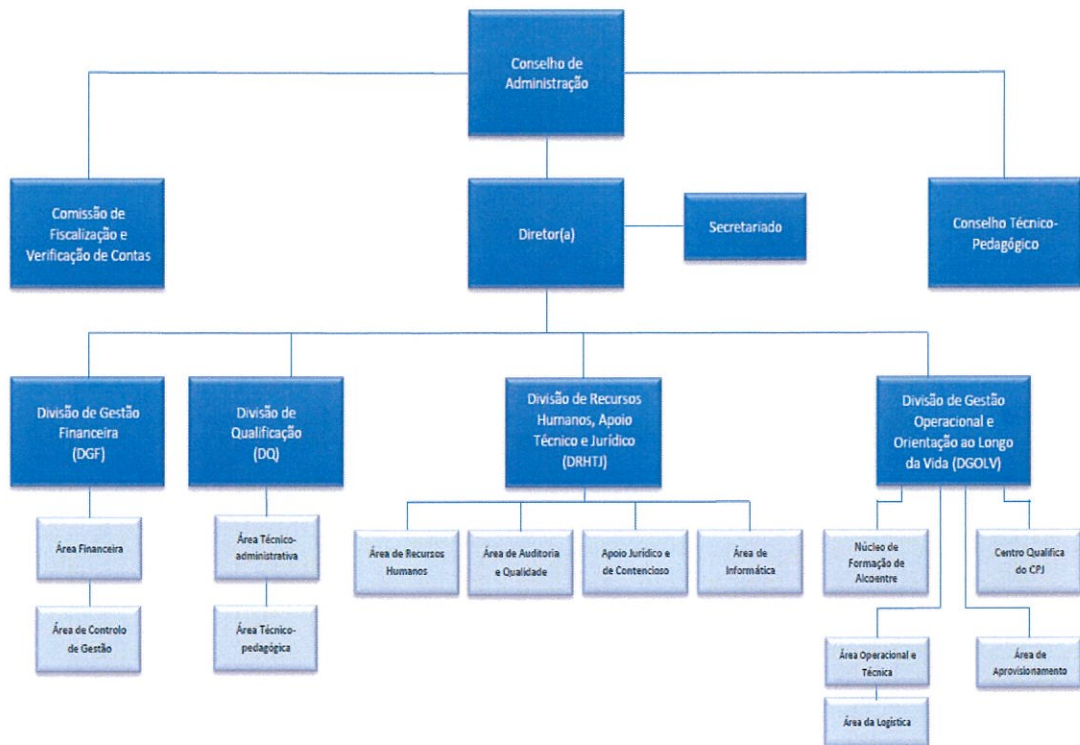
III – ESTRUTURA ORGÂNICA E RECURSOS HUMANOS

24. A estrutura orgânica do CPJ é composta pelos órgãos sociais que obedecem ao disposto no Dec. Lei n.º 165/85, de 16 de maio e no protocolo de constituição do centro, designadamente: dispõe de um Conselho de Administração, de um Conselho Técnico-Pedagógico e de uma Comissão de Fiscalização e Verificação de Contas, em cujos órgãos têm assento representantes do IEFP, IP e da DGRSP.

25. Para além dos órgãos sociais, existem mais quatro Divisões que resultaram da quinta alteração do Regulamento Orgânico e que se encontra representada no seguinte organograma:

ORGANOGRAMA

Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça (CPJ)



26. O quadro de pessoal do CPJ é composto por 36 pessoas, sendo que, em 2025, estiveram ao serviço 35, designadamente: 4 dirigentes (existindo um lugar vago); 24 técnicos/as superiores (4 contratos a termo incerto no Centro Qualifica e um no mesmo regime para substituição direta de uma técnica da DGF, atualmente no gozo de licença sem vencimento) e 7 assistentes técnicos/as, conforme quadro infra.

Entidades Outorgantes





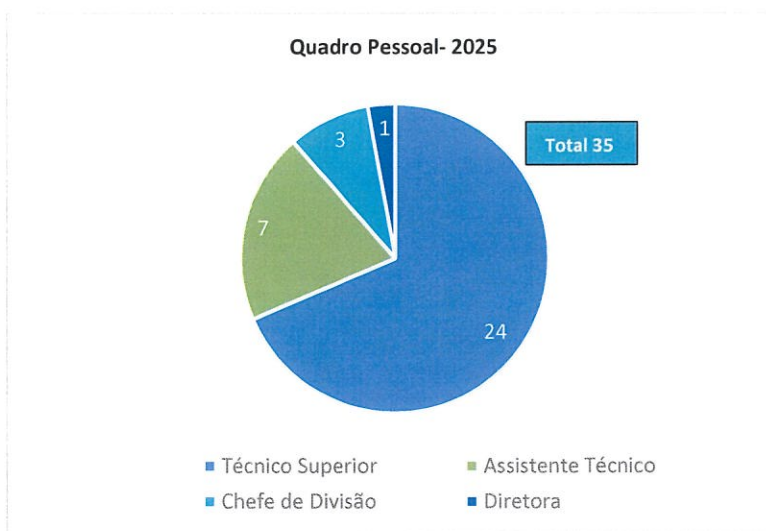
Handwritten notes and signatures:
 \$ A R
 M
 Acth

Quadro 1 - Distribuição – Pessoal por categoria profissional

CPJ	Dirigentes	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Total
Direção	1	0	1	2
DQ	1	6	2	9
DGOLV	1	9	2	12
DRHTJ	0	4	0	4
DGF	1	5	2	8
Total	4	24	7	35

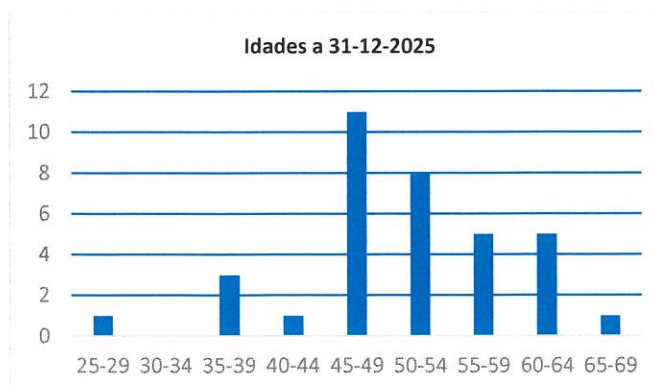
27. Considerando as categorias profissionais e os cargos desempenhados, obtém-se a seguinte repartição:

Gráfico 1 – Quadro de Pessoal – Por categoria profissional



28. A distribuição da/os trabalhadoras/es por grupo etário demonstra a predominância dos escalões entre os 45 e os 54 anos, prevendo-se a reforma a curto prazo de 4 pessoas.

Gráfico 2 – Quadro de Pessoal – Por grupo etário



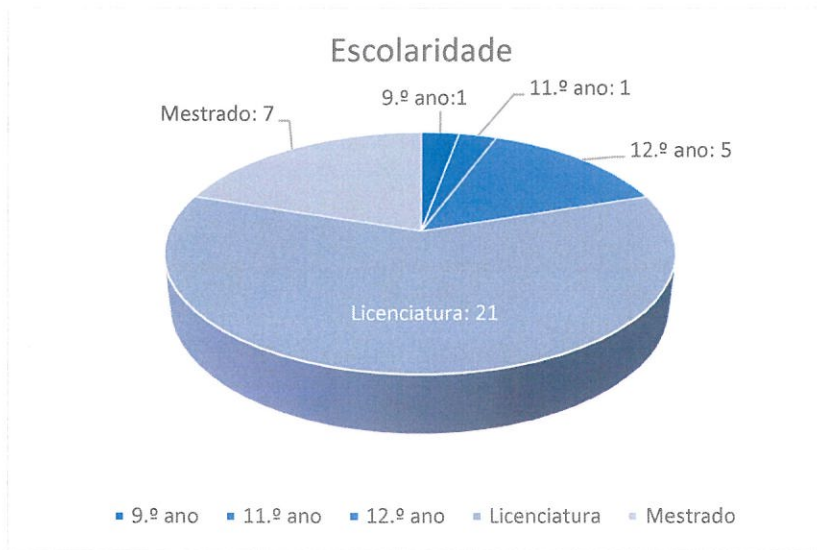
Entidades Outorgantes



Handwritten initials and marks in the top right corner.

29. Ao nível da escolaridade, 80% das/os trabalhadoras/es são detentores de formação de nível superior:

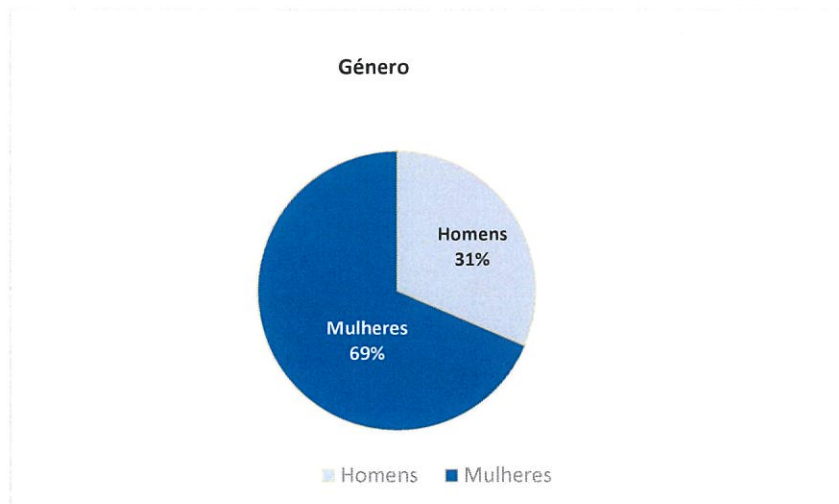
Gráfico 3 – Quadro de Pessoal – Por nível de escolaridade



Handwritten signature 'M' and other marks.

30. As mulheres que representam 69% do universo total:

Gráfico 4 – Quadro de Pessoal – Por género



31. Considerando a natureza do vínculo, a distribuição da/os referida/os trabalhadoras/es é a indicada no quadro seguinte:

Entidades Outorgantes



f f k
m
Adh

Quadro 2 – Trabalhadoras/es ao serviço

Regime	2023	2024	2025
Contratos de Trabalho sem termo	27	27	26
Contratos Trabalho a Termo	0	1	5
Contratos em Comissão de Serviços	2	2	2
Total de Pessoal ao Serviço (em 01-01)	29	29	33
Passagem à condição de reformado (-)	0	0	0
Cessações de contratos de trabalho sem termo (-)	0	0	-1
Cessações de contratos de trabalho a termo (-)	0	0	0
Integração de trabalhadores no quadro (+)	0	0	3
Licenças sem vencimento (-)	0	-1	-1
Cessações de contratos de comissões de serviços (-)	0	-1	0
Cedência Ocasional	0	0	0
Total de Pessoal ao Serviço (em 31-12)	29	29	35

13

32. No que diz respeito ao regime contratual, em 2025, duas dirigentes exerceram as suas funções com um contrato em regime de comissão de serviços: a Diretora e a Chefe da Divisão de Qualificação.
33. Em abril de 2025, foi contratada uma técnica superior, com formação e experiência na área jurídica, para complementar a resposta na área da contratação pública (DGOLV), mas que acabou por denunciar o contrato ainda no período experimental, o que conduziu à abertura de novo processo de recrutamento e à contratação de um técnico superior, no início de outubro, para a mesma área e com a mesma formação.
34. No intuito de dar resposta à cada vez mais exigente e à crescente complexidade técnica da área informática e da cibersegurança, foi contratado, por tempo indeterminado, no mês de maio, um técnico superior detentor dessa valência e experiência para a Área da Informática (DRHTJ).
35. No início de julho, deu-se por concluído o período de ausência prolongada por motivo de doença do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, e, a partir da mesma data, a técnica superior da mesma divisão, que vinha exercendo esse cargo no regime de suplência, retomou o exercício das suas funções.
36. Mantém-se no gozo de uma licença sem vencimento, iniciada em setembro de 2024, de uma das técnicas superiores da DGF, circunstância que justifica a manutenção do contrato a termo incerto de uma outra técnica, para substituição direta daquela.

Entidades Outorgantes



4 S R
M
All

37. Também a termo resolutivo incerto, a partir de 01.01.2025, foram contratadas 4 técnicas superiores para as funções de TORVC do Centro Qualifica, com o fundamento legal “execução de atividade definida e temporária”, ou seja, com a duração estimada dependente da continuidade da autorização de funcionamento do Centro Qualifica do CPJ. Todos os demais trabalhadores pertencem ao quadro do CPJ com contratos sem termo.

Horas de Trabalho Realizadas

38. Em 2025 apuraram-se 59.626 horas passíveis de serem trabalhadas, deduzidos de 8.082 horas, relacionadas com ausências por faltas de diversa tipologia, como baixas médicas (uma delas foi de longa duração) tolerâncias de ponto e férias.

Gráfico 5 – Horas potenciais de serem trabalhadas e horas de trabalho efetivamente trabalhadas



39. Neste ano foram realizadas 441 horas de trabalho suplementar (mais 54 horas que em 2024) aumento este que se justifica pelo aumento do quadro de pessoal em mais 6 pessoas a par da necessidade de se proceder à distribuição dos equipamentos associados aos investimentos realizados, entre os quais o PRR, bem como à atividade associada ao Centro Qualifica que sofreu um incremento muito significativo como mais à frente se descreve. As 441 horas de trabalho suplementar realizadas correspondem a uma média de 14h por trabalhadora/or, mais duas do que no ano transato.

Gráfico 6 – Horas de trabalho suplementar



Entidades Outorgantes

A/B
R
[Handwritten signature]

40. No que concerne a ausências prolongadas, voltou a registar-se em 2025 a do chefe da DGF, que cessou no final de junho, circunstância que acarretou a suspensão do seu vínculo contratual até essa data. Uma assistente técnica iniciou também um período de ausência prolongada por doença no final de 2024, que se prolongou para 2025.

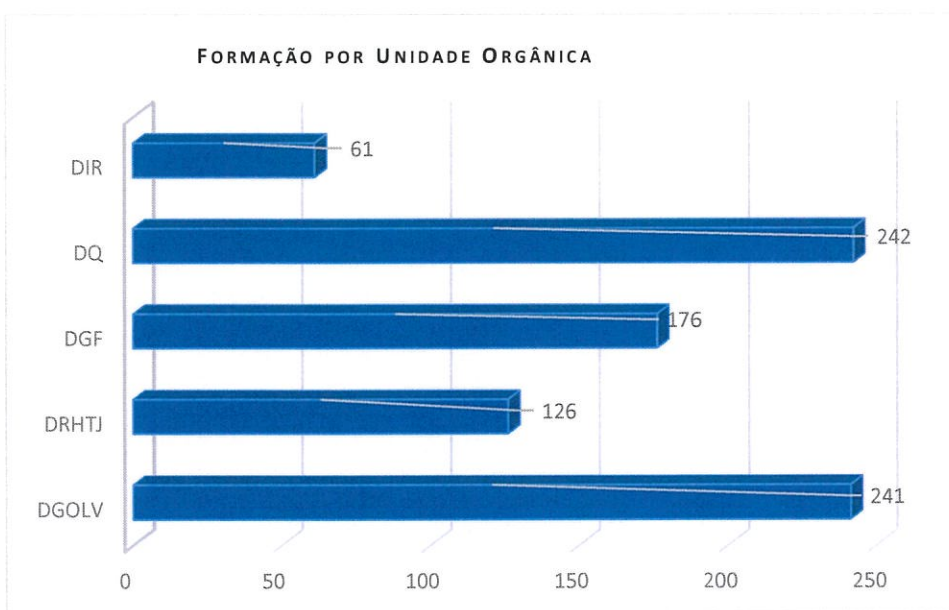
41. Em 2025 registou-se um acidente de trabalho, ocorrido no mês de dezembro.

Formação Interna

42. No âmbito do direito individual à formação, foram ministradas 846 horas de formação (menos 208 horas que em 2024), 639 horas daquelas em regime de e-Learning. A despesa inerente à formação contínua ascendeu a € 14.618,37, correspondendo € 2.564,85 a valores efetivamente gastos no pagamento das ações de formação e € 12.053,52 a horas pagas e não trabalhadas para frequência da formação.

43. Por categoria profissional, os dirigentes receberam 97 horas, as/os técnica/os superiores receberam 584 horas de formação e as/os assistentes técnica/os 165 horas. Por unidade orgânica, as horas de formação disponibilizadas e assistidas, resultam distribuídas de acordo com o gráfico e o quadro detalhados abaixo:

Gráfico 7– Formação por Unidade Orgânica



44. As áreas de formação interna são as que constam do quadro seguinte:

Entidades Outorgantes



Handwritten initials and signatures in blue ink.

Quadro 3 – Áreas - Formação Interna

Formação Geral em Plataforma de contratação Pública acinGov	DESPESAS URGENTES E INADIÁVEIS REGRAS DE FUNDO DE MANEIO, LCPA E CCP	A Intervenção do Júri no Procedimento de Contratação Pública	Edição de Folhas de Cálculo (Nível Intermédio)	HumanTrain – Módulo de Planificação da Formação
ELABORAÇÃO DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO, JÚRI, ANÁLISE DE PROPOSTAS E ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS	A Proibição de Fracionamento da Despesa na Contratação Pública (Artigo 22º do CCP)	Avaliação na Educação e na Formação Profissional	DACUM sobre a realidade profissional no sistema prisional português	A escolha dos convidados nos ajustes diretos/consultas prévias, e a fase de preparação da adjudicação
Contratos dos Formadores: Contratação Excluída	I Encontro Nacional: "processos de Qualificação em Contextos de Privação de Liberdade: Desafios e Oportunidades	A Gestão de Recursos Humanos e o novo Referencial de Competências para a Administração Pública (ReCAP)]	EDIÇÃO DE FOLHAS DE CÁLCULO (NÍVEL AVANÇADO)	REGISTAR CONTRATOS NO PORTAL BASE
Conferência de Faturas e Desconformidades	NIS2- Conformidade Prática para responsáveis de Cibersegurança	Como elaborar uma check list conforme de Contratação Pública	Saúde Mental e Resiliência em Ambientes Educativos e Formativos	V Seminário sobre Justiça Juvenil - Educação em Contexto de Justiça Juvenil

Entidades Outorgantes



\$ + K
m
act

IV – ESTRUTURA DE DIRIGENTES E ÓRGÃOS SOCIAIS

45. No que à estrutura dirigente diz respeito, na primeira metade do ano de 2025, (i) a Divisão de Gestão Financeira contou com o prolongamento de uma nomeação em regime de suplência, justificada pela ausência prolongada, por motivos de saúde, do titular do cargo, entretanto regressado a 1 de julho; (ii) a Divisão de Recursos Humanos e Apoio Técnico e Jurídico, manteve-se sob a alçada direta da Diretora, com a vaga de Chefe de Divisão ainda por preencher; (iii) tanto a Divisão de Qualificação como a (iv) Divisão de Gestão Operacional e da Aprendizagem ao Longo da Vida, não sofreram alterações ou oscilações dignas de menção.

17

46. A 31-12-2025, a estrutura dirigente era a que consta do quadro seguinte:

Quadro 4 – Estrutura de Dirigentes

Nome	Cargo	Unidade Orgânica	Observações	Comissão de Serviços
Maria da Conceição da Silva Nunes de Matos	Diretora		Nomeada , em regime de comissão de serviços pelo Despacho n.º 43/2023, de 9.11.2023, com efeitos a 16.11.2023	16.11.2023
Jorge Manuel Marques Rosado	Chefe de Divisão	DGF	Substituído por Helena Isabel Neves Catroga entre 1.08.2024 e 30.06.2025	22.02.2024
Carlos Ferreira Salgado de Sousa	Chefe de Divisão	DGOLV		13.09.2024
Carmen Fernandez Ruivo	Chefe de Divisão	DQ		01.09.2024

47. No quadro infra identifica-se a composição dos Órgãos Sociais do Centro

Quadro 5 – Composição dos órgãos sociais

Conselho de Administração			
Nome	Representação	Cargo	Observações
Ana Cristina Gaspar da Silva Alves	IEFP, IP	Presidente	
Conceição Isabel Eugénio da Silva	IEFP, IP	Vogal	
Orlando Manuel Figueiredo de Carvalho	DGRSP	Vogal	
Paulo Jorge dos Santos Rio	DGRSP	Vogal	
Comissão de Fiscalização e Verificação de Contas			
Nome	Representação	Cargo	Observações
Susana Pessoa Moreira dos Santos Pais	IEFP, IP	Presidente	
Maria da Conceição Coutinho Rodrigues Simão	DGRSP	Vogal	
Conselho Técnico-Pedagógico			
Nome	Representação	Cargo	Observações
Maria da Conceição da Silva Nunes de Matos	CPJ	Presidente	Por inerência
Susana Clara Cambêdo Duarte Luís	IEFP, IP	Vogal	
Manuela dos Santos Raimundo	DGRSP	Vogal	

Entidades Outorgantes



\$ f K
M
act

48. O Diretor-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais, Dr. Orlando Manuel Figueiredo de Carvalho, foi nomeado vogal do Conselho de Administração do CPJ em 5.03.2025, em representação do outorgante DGRSP, e em resultado da exoneração do Prof. Dr. Rui Abrunhosa Gonçalves, no mesmo cargo. A Dr.ª Conceição Isabel Eugénio da Silva foi nomeada em 4.09.2025, em representação do IEFP, IP, em virtude da exoneração do Dr. Nuno Miguel Martins Ferreira Tomás. O Dr. Paulo Jorge dos Santos Rio, foi nomeado em 24.11.2025, em representação pela DGRSP, por força da exoneração do Dr. João Henrique d'Oliveira Córias que passou à situação de aposentado. Nos demais órgãos sociais não se verificaram quaisquer alterações relacionadas com as titulares dos cargos.

49. Em 2025 foram realizadas 25 reuniões por parte dos diversos órgãos sociais, tendo sido cumprido o calendário de reuniões legalmente estabelecido conforme quadro *infra*.

Quadro 6- Reuniões Órgãos Sociais

Reuniões Órgãos Sociais - 2025		
	Ordinárias	Extraordinárias
Conselho de Administração	12	4
Comissão de Fiscalização e Verificação de Contas	6	0
Conselho Técnico-Pedagógico	3	0

Entidades Outorgantes



A B K
M
C

V – ATIVIDADE FORMATIVA

Execução do Plano de Formação

50. No ano de 2025, o CPJ executou a atividade prevista no seu Plano de Formação, nomeadamente:

- Foram organizados, implementados e executados de acordo com o orçamento disponível, cursos de dupla certificação (certificação escolar e profissional) em colaboração com as escolas associadas aos EP e CE e Formações Modulares Certificadas (FMC).
- A gestão do orçamento disponível permitiu ir fazendo ajustamentos ao Plano de Formação e responder a necessidades não previstas inicialmente. Assim, face às metas, foram implementadas mais 17 ações e abrangidos mais 221 formandos.
- Prosseguiu-se a estratégia de reforço das parcerias com o Ministério da Educação, sendo a componente de formação de base dos cursos Educação e Formação de Adultos (EFA) desenvolvida por professores cedidos pelas escolas associadas aos EP e aos CE, em articulação com a componente tecnológica e sob a mediação do CPJ, bem como a afetação de professores a ações de formação profissional promovidas pelo CPJ noutras tipologias (ex.: FMC).
- Procedeu-se à utilização dos recursos e potencialidades existentes e disponíveis nos diversos EP e CE, numa estratégia de ação e gestão eficientes.
- Utilizaram-se recursos pedagógicos diversificados, devidamente adaptados às características da formação e do público-alvo.
- Manteve-se o Protocolo com o Ministério da Agricultura, que faculta ao CPJ a possibilidade de ministrar formação profissional na aplicação de Fitofármacos, obrigatória nos termos da lei em vigor nas áreas da Agricultura e Jardinagem.
- Ampliou-se a bolsa de formadores certificados, técnica e pedagogicamente competentes, com perfil e requisitos exigidos e considerados adequados às características da população alvo, com a finalidade de assegurar a qualidade e a eficácia do processo formativo para a reintegração efetiva dos formandos.

19

51. A população abrangida pela atividade formativa continua a caracterizar-se, genericamente, pela vulnerabilidade à reincidência criminal, pela pertença a círculos de marginalidade, pelas baixas habilitações escolares e défices de competências pessoais, sociais e profissionais. Assim, entende-se que os cursos EFA são os que melhor se adequam ao perfil desta população, pois garantem a possibilidade de adquirirem uma dupla certificação (escolar e profissional).

52. De modo a abranger o maior número possível de indivíduos, nomeadamente aqueles que devido às limitações decorrentes das durações das penas e medidas tutelares educativas não reúnem condições para a certificação total de um Itinerário de Qualificação, o CPJ mantém a aposta na promoção de FMC

Entidades Outorgantes



Handwritten initials and a signature in blue ink, including the letters 'M' and 'adsh'.

com vista à capitalização de competências, procurando garantir a conclusão de percursos formativos e aquisição ou reforço de competências técnico-profissionais consentâneas com as exigências do mercado de trabalho.

53. A programação e a calendarização das ações realizadas foram definidas pelo CPJ em conjunto com os serviços competentes da DGRSP.
54. A taxa de resposta formativa por parte do CPJ face ao universo dos 45 EP e dos 6 CE existentes em Portugal continental foi francamente positiva. Assim, conseguiu-se uma cobertura de 100% nos CE e de 93% nos EP. Neste caso, 40 EP tiveram ações de formação profissional promovidas pelo Centro (excluindo-se deste cálculo o EP de Monsanto, o EP do Hospital Prisional locais que, pelas suas características, não é possível a realização de formação). Do universo dos EP e excluindo estes dois, só não se realizou formação profissional nos Estabelecimentos Prisionais da PJ de Lisboa e PJ do Porto e no EP de Lisboa, neste último caso a pedido do próprio EP (as ações previstas foram anuladas). A este número ainda acresce a formação desenvolvida na ala de inimputáveis do Hospital Júlio de Matos.
55. O CPJ tem como estratégia garantir a maior disseminação possível do seu plano de formação modo a gerar oportunidades aos reclusos de todos os EP. As taxas de cobertura acima referidas são a expressão disso mesmo.
56. A análise dos dados de execução física registados em dezembro de 2025 (quadro 7) relativa à formação promovida pelo CPJ é muito positiva. As metas relativas ao n.º de ações e n.º de formandos foram superadas. Tendo ficado o número de horas de formação nos 96,3% e o volume de formação nos 82%. Como referido anteriormente, foram implementadas mais 17 ações e abrangidos mais 221 formandos, face às metas. Estas novas ações resultaram de ajustamentos à execução do Plano a maioria dos quais em resultado de pedidos que foram sendo apresentados ao CPJ por parte dos de EP e dos CE e que traduzem a dinâmica natural desta articulação e do seu funcionamento.
57. O facto de o Plano de Formação ser elaborado em julho do ano anterior, aquando da apresentação do orçamento, obriga, necessariamente, a vários ajustamentos, desde logo os resultantes do apuramento dos transitados, situação que se verifica em janeiro de cada ano. Depois porque a sua execução está muito dependente da colocação dos professores por parte do Ministério de Educação, razão pela qual a implementação dos cursos de dupla certificação coincide com o início dos anos letivos, isto é, em setembro/outubro de cada ano. Paralelamente, ao longo do ano e fruto das dinâmicas naturais de articulação com os vários atores (EP, CE e ME) vão-se fazendo acordos que resultam na eliminação, substituição ou implementação de ações extraplano.



A f k
Handwritten signature

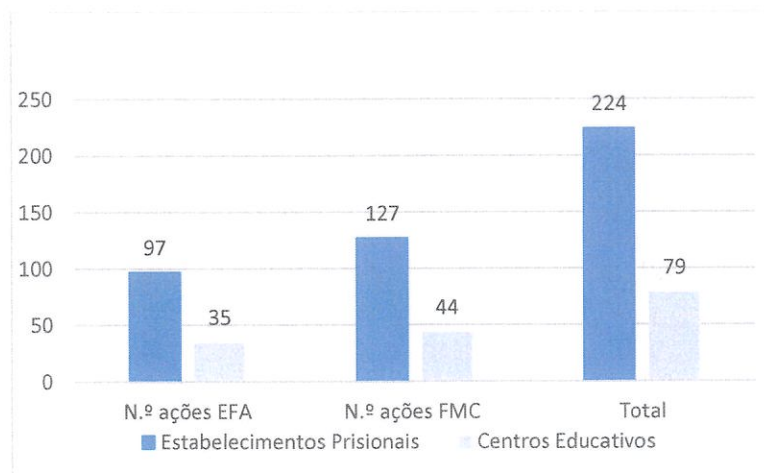
Quadro 7 – Quadro resumo da formação profissional 2025

Descrição	ANO 2025								
	Estabelecimentos Prisionais			Centros Educativos			Total		
	Metas	Executado	Taxa de Execução (%)	Metas	Executado	Taxa de Execução (%)	Metas	Executado	Taxa de Execução (%)
N.º ações - Cursos EFA	83	97	116,87%	33	35	106,06%	116	132	113,79%
N.º ações - Cursos FMC	129	127	98,45%	41	44	107,32%	170	171	100,59%
Total	212	224	105,66%	74	79	106,76%	286	303	105,94%
N.º de formandos - Cursos EFA	1 190	1 342	112,77%	194	300	154,64%	1 384	1 642	118,64%
N.º de formandos - Cursos FMC	1 935	1 755	90,70%	252	395	156,75%	2 187	2 150	98,31%
Total	3 125	3 097	99,10%	446	695	155,83%	3 571	3 792	106,19%
N.º de horas - Cursos EFA	51 707	50 778	98,20%	12 504	12 681	101,41%	64 211	63 459	98,83%
N.º de horas - Cursos FMC	11 738	9 582	81,63%	11 502,0	11 204	97,40%	23 240	20 786	89,44%
Total	63 445	60 360	95,14%	24 006	23 884	99,49%	87 451	84 244	96,33%
Volume de formação - Cursos EFA	597 430	453 744	75,95%	60 655	77 828	128,31%	658 085	531 572	80,78%
Volume de formação - Cursos FMC	140 856	104 806	74,41%	56 570	64 219	113,52%	197 426	169 025	85,61%
Total	738 286	558 550	75,65%	117 225	142 047	121,17%	855 511	700 597	81,89%

58. Durante o ano de 2025, o CPJ desenvolveu 303 ações de formação, abrangeu 3.792 formandos, realizou 84.244 horas de formação e executou um volume de formação de 700.597 horas.

59. As 303 ações implementadas distribuem-se por duas tipologias: cursos EFA, com 132 ações (97 dos quais foram implementados em EP) e FMC, com 171 ações, 127 dos quais foram realizados em EP). A taxa de execução, face às metas fixadas foi 105,9%.

Gráfico 8 – Ações executadas em 2025 por modalidade

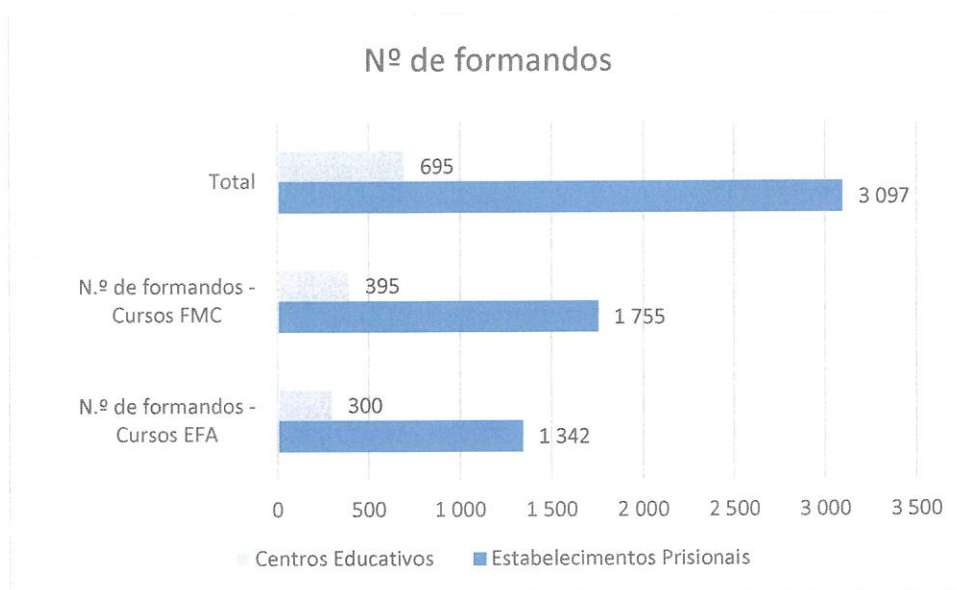


60. Foram abrangidos 3.792 formandos (que reflete uma taxa de realização de 106,2%), dos quais 1.642 foram integrados em cursos EFA e 2.150 em FMC. Quanto à distribuição dos formandos por EP e CE, verificamos que nos EP foram realizadas 224 ações, que abrangeram 3.097 formandos e nos CE, foram abrangidos 695 formandos, distribuídos por 79 ações, tendo as metas dos jovens sido largamente superadas, situando-se nos 156%.

Entidades Outorgantes

A B L
M ad

Gráfico 9 – Execução Formação: Modalidade/Formandos - 2025



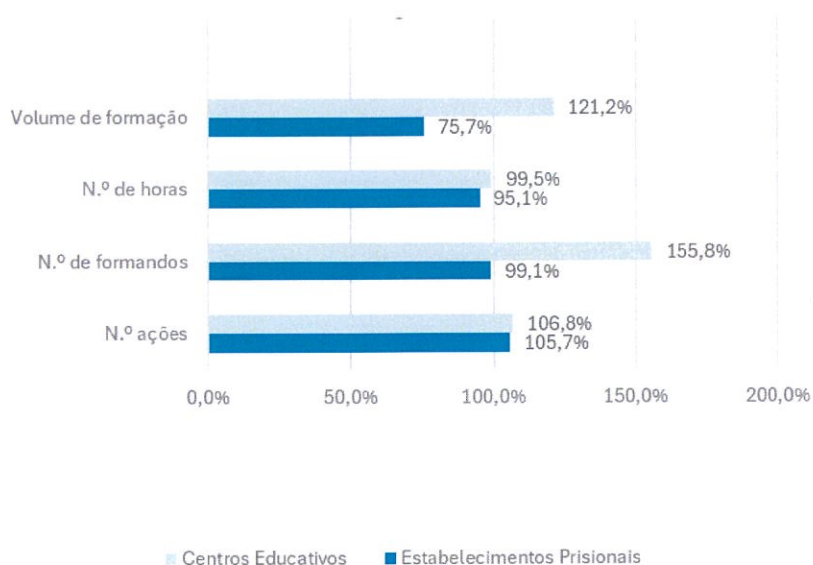
61. No que concerne ao número de horas realizadas (84.244 horas), estas ficaram muito ligeiramente abaixo da meta estabelecida, tendo sido obtida uma taxa de 96,3%.

62. Se ao nível do número de formandos abrangidos e ao número de ações implementadas durante o ano as metas foram superadas e no indicador de horas de formação realizadas, praticamente concretizadas, o mesmo não se pode afirmar no que diz respeito ao volume de formação, cuja taxa se situou próximo dos 82%, a que correspondem 700.597 horas. Existe uma diferença significativa entre o volume realizado nos CE que teve uma taxa de execução de 121,2% e o conseguido no EP, com uma taxa de 75,7%. Esta diferença justifica-se pelo facto de nos CE não se registarem faltas à formação, enquanto nos EP há um conjunto variado de fatores contextuais que concorrem negativamente para a assiduidade dos formandos: as greves dos guardas, a falta de guardas para vigiarem os formandos na formação, e ainda devido ao facto de a formação nos CE ser de frequência obrigatória, ao contrário do que se verifica nos EP. Registam-se também saídas da formação justificada pelo término do cumprimento de penas, aplicação de medidas disciplinares, problemas saúde, transferências entre EP, procedimentos disciplinares ou a colocação em outras atividades.

Entidades Outorgantes

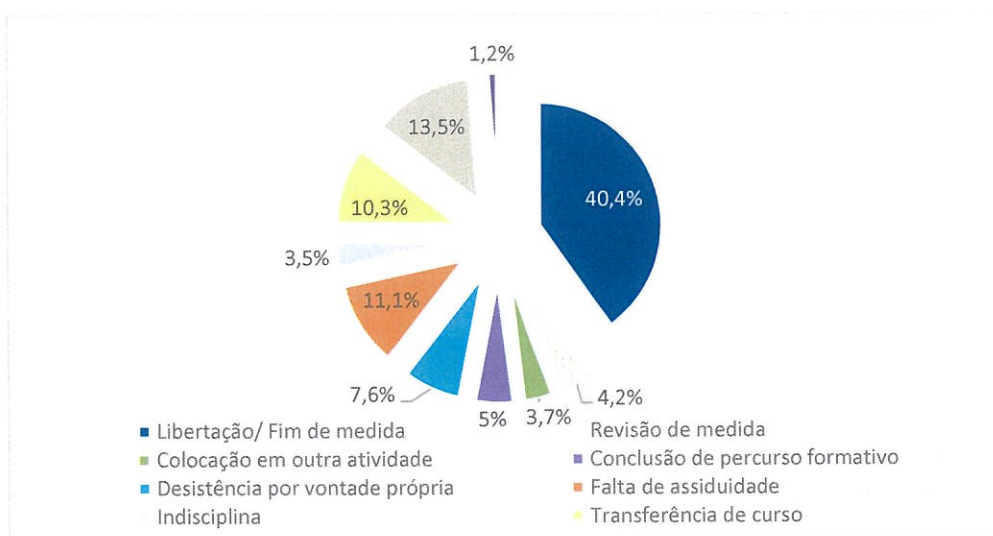
Handwritten signatures and initials in blue ink.

Gráfico 10 – Taxa de execução dos indicadores - 2025



63. Com efeito, a taxa de desistentes/abandonos foi de 15,7% (similar à do ano transato), que corresponde a 594 formandos do total de 3792 abrangidos. Dos 40 EP onde o CPJ realizou formação, apenas em 7 (17%) não se registou nenhuma desistência/abandono. A taxa de desistências/abandonos ocorreu em 34 EP e 6 CE.

Gráfico 11 – Motivos de desistências/abandonos



64. esmagadora maioria das desistências resultam de razões imputadas ao sistema de justiça, sobre as quais o CPJ não pode intervir, tais como libertação, fim/revisão da medida, transferência de EP/CE, indisciplina

Entidades Outorgantes

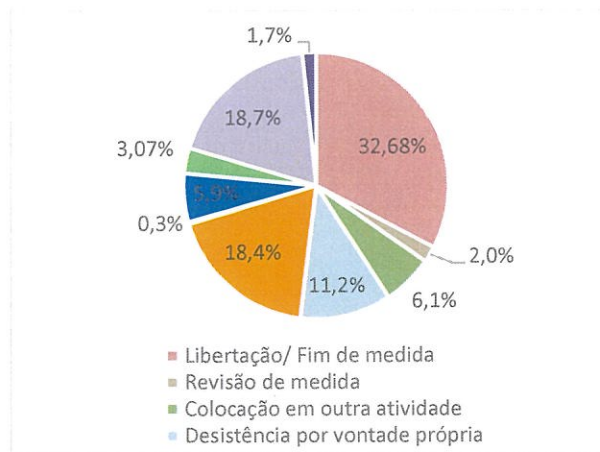


Handwritten signatures and initials in blue ink.

e colocação em outras atividades, fatores que perfazem um total de 65,3%, sendo o fator que o fator “libertação/fim de medida”, representa 40,4% do total de desistências, com 240 formandos, sendo seguida da “transferência de EP/CE”, com 80 formandos, cujo peso sobre os desistentes é de 11,5%.

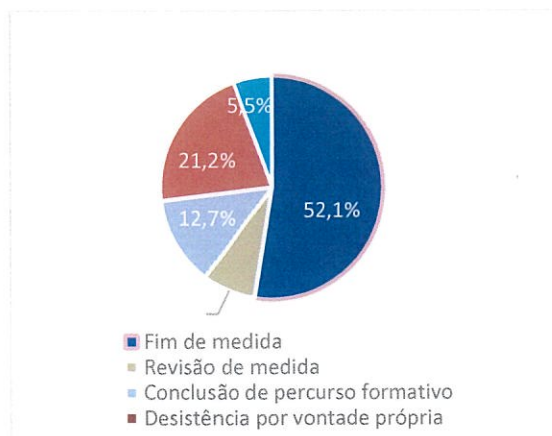
65. É nos Estabelecimentos Prisionais que ocorrem a maioria das desistências/abandonos (61%) sendo a principal razão a “libertações/ fins de medida”, com 32,7%. Os motivos extrínsecos à formação representam 65,4% sobre o universo dos desistentes dos EP.

Gráfico 12 – Motivos de desistências/abandonos em EP

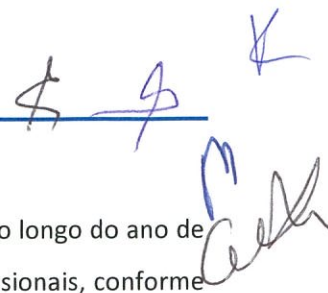


66. Nos Centros Educativos, e pelo facto de os jovens estarem abrangido pela escolaridade mínima e sendo esta assumida como de frequência obrigatória, não se registam faltas à formação, nem desistências por vontade própria. Todos motivos estão diretamente relacionados com as dinâmicas de funcionamento do sistema da judicial.

Gráfico 13 – Motivos de desistências/abandonos: CE



Entidades Outorgantes



67. A execução das ações de formação nos Estabelecimentos Prisionais, foi prejudicada ao longo do ano de 2025 por diversas situações de greves e falta de elementos do Corpo de Guardas Prisionais, conforme descrito no quadro abaixo.

Quadro 8– Impacto da falta de elementos do Corpo de Guardas Prisionais

Local	Tipologia da formação	Impacto	Motivo
EP Alcoentre	FMC e EFA	<p>Desde maio de 2025, registaram-se alterações na organização das ações de formação no Estabelecimento Prisional de Alcoentre. Até essa data, a componente teórica das formações era lecionada nas instalações da escola dentro do EP, enquanto a componente prática decorria no Núcleo de Formação de Alcoentre (NFA), por ser o local equipado com espaços oficinais adequados.</p> <p>Contudo, a partir de maio de 2025, tornou-se inviável manter esta organização devido à indisponibilidade de guardas prisionais para acompanhar os formandos ao NFA. Como resultado, todas as ações de formação passaram a ser ministradas exclusivamente no EP, o que implicou:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O encerramento da ação n.º 4448/23 - Técnico/a de Reparação de Pintura de Carroçarias • A anulação no plano de formação das seguintes ações: <ul style="list-style-type: none"> ○ 4516/25 – Serralheiro/a Civil ○ 4544/25 – Técnico/a de Jardinagem e Espaços Verdes ○ 4513/25 – Pintor/a de Veículos <p>Além disso, registaram-se interrupções e atrasos na conclusão de várias ações de formação, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 7 ações de Formação Modular Certificada (FMC) • 6 ações de Educação e Formação de Adultos (EFA) de nível 2 e 4 	Falta de guardas para acompanharem os formandos na componente de formação tecnológica a realizar no NFA
EP Beja	FMC e EFA	Atraso na finalização das ações de formação: 3 FMC e 1 EFA	Greve de guardas
EP Carregueira	FMC e EFA	Interrupções/atrasos na finalização das ações de formação: 9 FMC e 2 EFA e atraso no início da ação 3627/25, que só iniciou quando terminou a ação EFA 3505/23	Falta de guardas para acompanharem os formandos na componente de formação tecnológica
EP Chaves	EFA	Formação EFA suspensa em agosto (ação 1772/24)	Falta de guardas
EP Coimbra	FMC e EFA	Atraso na finalização de 5 EFA – suspensão da formação em diversos dias	Falta de guardas para acompanharem os formandos na componente de formação tecnológica
EP Leiria Jovens	Extra CNQ e EFA	Redução da carga horária associada à ação extra CNQ 2612/25, uma vez que as suspensões sucessivas da formação não permitiram a conclusão do nº de horas previsto até julho; Interrupções/atrasos na finalização de 7 ações EFA; Impossibilidade de iniciar a ação EFA 2658/25 por atraso na finalização da ação 2517/23	Falta de guardas para acompanharem a formação
EP Linhó	FMC e EFA	Interrupções/atrasos na finalização das ações de formação: 4 ações EFA e 2 FMC; professor colocado	Um ano de greve de guardas no horário pós 15h30

Entidades Outorgantes



Handwritten signatures and initials in blue ink.

EP Lisboa	FMC	Não iniciou a ação de formação 3671/25	Greve de guardas
EP PJ Lisboa	FMC	Não iniciou a ação de formação 3638/25	Greve de guardas
EP Odemira	FMC	Não iniciou a ação de formação 4523/25	Falta de guardas para acompanharem os formandos na componente de formação tecnológica
EP Porto	EFA	Interrupções/atrasos na finalização das ações de formação de 5 EFA por suspensão da formação em diversos dias	Falta de guardas por baixas médicas em agosto/setembro
EP Sta. Cruz Bispo (F)	FMC	Atraso na finalização da ação de formação 1913/25, por suspensão da formação em diversos dias	Falta de guardas
EP Tires	FMC	Não iniciou a ação de formação 3624/25	Greve de guardas no período da tarde, único momento em que a sala de formação estaria disponível
EP Vale dos Judeus	EFA	Interrupções/atrasos na finalização das ações de formação de 5 EFA por suspensão da formação em diversos dias.	Falta de guardas para acompanharem a formação
EP Vila Real	EFA	Atraso na finalização da ação EFA 1824/24, que esteve suspensa em julho/agosto	Falta de guardas
		pela escola, impossibilitado de ministrar formação, na ação 3506/23, uma vez que o seu horário coincidia com o horário da greve – CPJ teve que contratar formador para substituir professor	

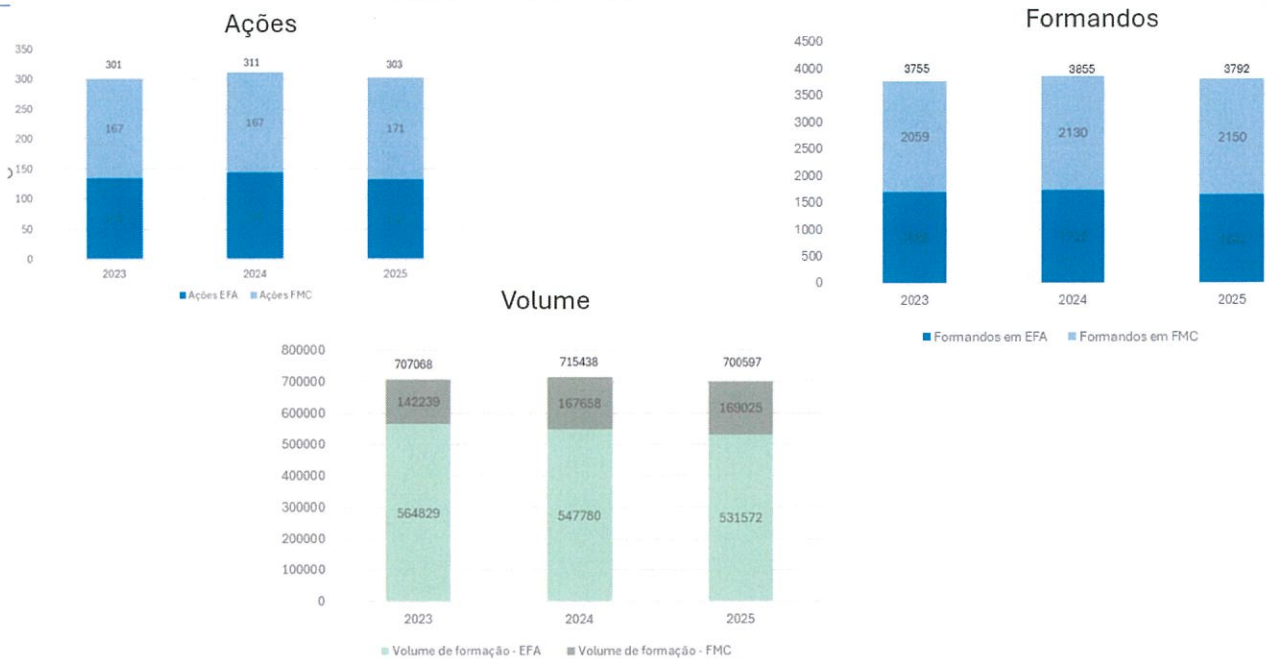
68. O quadro acima reflete algumas das situações com maior impacto, onde se podem verificar interferências em 15 EP, que originaram alterações ao planeado num total de 38 EFA e 22 FMC, para além da impossibilidade de iniciarem 4 EFA e 4 FMC e o encerramento antecipado de uma ação EFA.
69. Estas situações, para além de terem prejudicado os formandos, causando desmotivação e até algumas desistências, teve um impacto negativo, muito significativo, nos formadores externos, que por diversas vezes se deslocavam aos Estabelecimentos Prisionais e se viam impedidos de ministrarem a formação. Este motivo tem vindo a criar sérias dificuldades na contratação de formadores, por parte do CPJ, com impacto direto na continuidade das ações de formação.
70. Apresentam-se de seguida três gráficos comparativos, referentes à atividade formativa nos últimos três anos.

Entidades Outorgantes



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Gráfico 14 – Comparação da atividade formativa 2023-2025



- 71. Como se pode constatar, a atividade tem-se mantido constante, registando-se uma alteração na tipologia das ações realizadas, com diminuição de cursos EFA e aumento das FMC, sendo este um objetivo estratégico do CPJ, uma vez que as desistências em ações EFA são muito elevadas, devido à duração das ações, conjugada com as condições de frequência impostas pelo sistema judicial.
- 72. Cada técnico afeto à Divisão de Qualificação, foi responsável por implementar e acompanhar, em média, 45,8 ações, o que se tem revelado um desafio para a equipa, não sendo possível perspetivar-se um aumento da atividade formativa se não ocorrer um aumento da equipa.
- 73. Em síntese, e de uma forma global, pode concluir-se que as metas definidas no plano de formação foram atingidas ou superadas, tendo o Centro atingido os objetivos propostos para o ano de 2025, designadamente, o de proporcionar o máximo de competências através do incremento do nível de escolaridade à sua população-alvo, a par do domínio das técnicas profissionais exigidas pelo mercado de trabalho, sendo este o veículo primordial para a plena reinserção socioprofissional dos formandos, que se espera que tenham, por esta via, efetivamente, melhores níveis de empregabilidade.

Entidades Outorgantes





Handwritten signatures and initials in the top right corner.

VI - CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA FORMATIVA

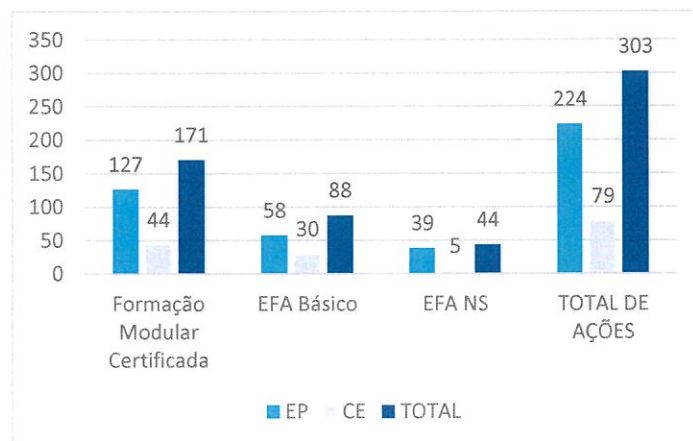
74. O quadro seguinte ilustra a distribuição das tipologias de formação, por EP e CE. A maior parte das ações foi implementada nos EP (74%), tendo estas ações sido distribuídas por 41 EP. Contudo, em proporção, a taxa de cobertura nos CE é francamente superior. Foram realizadas 79 ações em apenas 6 CE, enquanto os 224 cursos foram distribuídos por 41 EP.

Quadro 9 – Distribuição das ações por Tipologia - 2025

TIPOLOGIAS	EP	CE	TOTAL
Formação Modular Certificada	127	44	171
Educação e Formação de Adultos	97	35	132
- escolar de nível B2	0	15	15
- escolar de nível B3	0	15	15
- escolar NS	0	5	5
- dupla certificação de nível B1	5	0	5
- dupla certificação de nível B2	13	0	13
- dupla certificação de nível B3	40	0	40
- dupla certificação NS	32	0	32
- profissional	7	0	7
TOTAL DE AÇÕES	224	79	303

75. O gráfico seguinte retrata a distribuição da oferta formativa por tipologia de cursos em 2025. O CPJ tem vindo a aumentar a oferta de ações de formação FMC, com diminuição da oferta de ações EFA (menos 12 EFA).

Gráfico 13 – Distribuição das ações por Tipologia - 2025



76. No quadro abaixo pode observar-se a distribuição geográfica da formação realizada, destacando-se a região Norte com 38,6% das ações implementadas e, no extremo oposto, o Algarve com apenas 2,3%.

Entidades Outorgantes



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'M' and a signature.

Quadro 10 – Distribuição de ações por região

Ações por região							
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	TOTAL	%
EP	91	47	35	44	7	224	73%
CE	26	16	37	0	0	79	27%
TOTAL	117	63	72	44	7	303	100%

29

77. A distribuição das ações de formação e dos formandos por Estabelecimento Prisional e Centro Educativo, encontra-se identificada abaixo.

Quadro 11 – Distribuição da Formação por CE/EP

Local	Nº. EFA	Nº FMC	Nº. Total Ações	Nº F. Em EFA	Nº F. Em FMC	Nº total de Formandos
CE Belavista	4	5	9	39	67	106
CE Navarro de Paiva	5	8	13	65	74	139
CE Olivais	7	9	16	56	76	132
CE Padre António Oliveira	6	9	15	52	78	130
CE Santa Clara	7	7	14	39	47	86
CE Santo António	6	6	12	49	53	102
Sub total	35	44	79	300	395	695
EP Alcoentre	7	9	16	99	116	215
EP Aveiro	0	1	1	0	17	17
EP BEJA	1	3	4	14	43	57
EP Braga	1	4	5	10	64	74
EP Bragança	0	6	6	0	86	86
EP Caldas da Rainha	0	1	1	0	16	16
EP Carregueira	3	10	13	36	140	176
EP Castelo Branco	0	1	1	0	14	14
EP Caxias	0	1	1	0	6	6
EP Chaves	1	2	3	20	30	50
EP Coimbra	5	4	9	58	48	106
EP Covilhã	0	1	1	0	11	11
EP Elvas	1	2	3	14	23	37
EP Évora	0	3	3	0	45	45
EP Faro	0	2	2	0	28	28
EP Guarda	5	5	10	68	61	129
EP Guarda - Ext Mondego	3	0	3	41	0	41
EP Guimarães	2	1	3	33	15	48
EP Izeda	12	5	17	173	79	252
EP Lamego	0	2	2	0	31	31
EP Leiria	0	5	5	0	72	72
EP Leiria (Jovens)	7	4	11	78	51	129
EP Linhó	5	2	7	71	23	94
EP Montijo	0	2	2	0	30	30
EP Odemira	0	1	1	0	15	15
EP Olhão	0	2	2	0	29	29
EP Paços de Ferreira	12	8	20	182	113	295
EP Pinheiro da Cruz	1	4	5	13	55	68
EP Porto	9	1	10	138	15	153
EP Santa Cruz do Bispo - M	2	1	3	28	9	37
EP Santa Cruz do Bispo - F	0	1	1	0	15	15
EP Setúbal	0	2	2	0	24	24
EP Silves	0	3	3	0	44	44
EP Sintra	1	6	7	4	76	80
EP Tires	1	1	2	14	13	27
EP Torres Novas	0	2	2	0	23	23
EP Vale de Judeus	8	3	11	103	35	138
EP Vale do Sousa	9	9	18	130	136	266
EP Viana do Castelo	0	1	1	0	17	17
EP Vila Real	1	1	2	15	16	31
EP Viseu	0	3	3	0	45	45
Hospital Júlio de Matos	0	2	2	0	26	26
Sub total	97	127	224	1342	1755	3097
Totais	132	171	303	1642	2150	3792

Entidades Outorgantes



Handwritten notes and signatures in the top right corner.

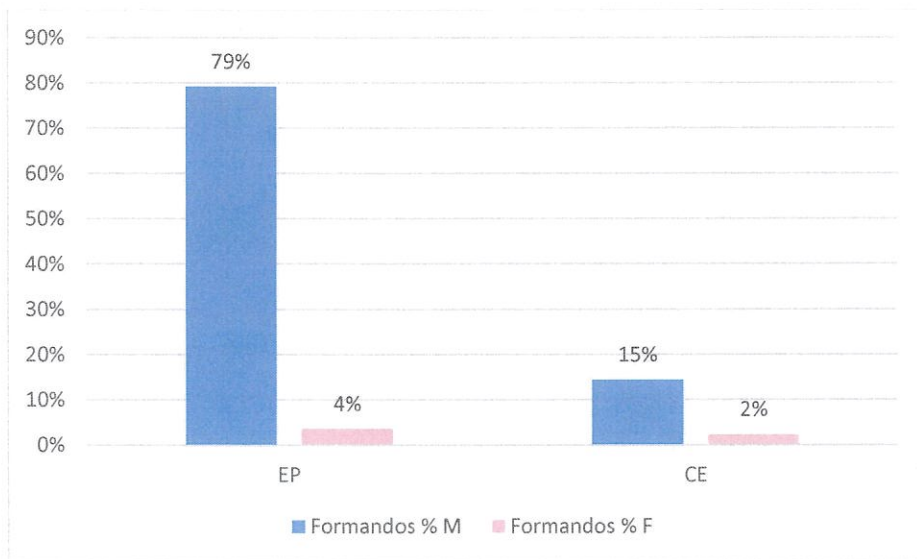
78. São os EP de Paços de Ferreira e Izeda que têm o maior número de cursos EFA (12 cada), o que representa 18% do total de ações EFA implementadas. Já no que diz respeito às FMC, o EP da Carregueira foi onde foram realizadas maior número de ações FMC (10), seguido dos EP de Alcoentre e Vale do Sousa (9) e dos Centros Educativos Olivais e Padre António Oliveira (9).

79. Os 10 EP com mais formandos abrangidos, num total de 1859, representam 60% da atividade formativa em Estabelecimentos Prisionais. Os EP com 1 a 2 ações representam 39% do total dos EP onde o CPJ realizou formação.

80. Quanto à distribuição dos formandos por sexo, 81,6% são homens, o que se justifica pelo facto de considerando que face ao universo da população reclusa (12.981), as mulheres representam apenas 7% e, nos CE as raparigas representam 15% do total (DGRSP: dezembro 2025).

81. Assim, dos 3792 formandos que frequentaram as ações de formação, 3597 são homens, dos quais 2999 são formandos dos EP e 598 dos CE. Apenas 195 do total são do género feminino (98 em EP e 97 em CE).

Gráfico 14 – Distribuição de formandos por género - 2025



Entidades Outorgantes





4

6

8

M

ad

82. No Plano de Formação, ressalta a grande diversidade de Áreas de formação/ saídas profissionais, conforme se pode observar no quadro seguinte:

Quadro 13– Áreas e itinerários de formação abrangidos nas ações de formação

Área de Educação e Formação	Itinerários de formação
000 – Formação de Base	Comunicar em Língua Estrangeira
090 – Desenvolvimento Pessoal (Formação para a Inclusão)	Formar para (Re)Integrar
	Competências Básicas para a empregabilidade
	Competências - Saúde e Bem Estar
212 – Artes e Espetáculo	Intérprete/Ator/Atriz
213 – Audiovisuais e produção dos media	Técnico/a Multimédia
215 – Artesanato	Arte Floral
	Pintura e Arte
	Tecelão/Tecedeira
215 – Artesanato	Técnico/a de Pintura Decorativa
341 – Comércio	Técnico/a Comercial
346 - Secretariado e Trabalho Administrativo	Assistente Administrativo/a
481 – Ciências Informáticas	Competências Digitais
	Operador/a de Informática
	Programador/a de Informática
	Técnico de Informática e Sistemas
521 – Metalurgia e Metalomecânica	Serralheiro/a Civil
522 – Eletricidade e energia	Eletricista de Instalações
	Técnico/a de Instalações Elétricas
523 – Eletrónica e Automação	Instalador/a – Reparador/a de Computadores
525 – Construção e Reparação de Veículos a Motor	Mecânico/a de Serviços Rápidos
	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel
	Técnico/a de Reparação e Pintura de Carroçarias
541 – Indústrias Alimentares	Pasteleiro/a – Padeiro/a
542 – Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	Costureiro/a Industrial de Tecidos
	Operador/a de fabrico de marroquinaria
543 – Materiais	Carpinteiro/a / Carpinteiro/a de Limpos
	Marceneiro/a
	Operador/a de Acabamentos de Madeira e Mobiliário
	Pintor/a / Decorador/a
	Técnico/a de Des. Mobiliário e Construções em Madeira
582 – Construção Civil e Engenharia Civil	Canalizador/a

Entidades Outorgantes



Handwritten marks: a dollar sign, a signature, and a large 'M' with 'act' written below it.

	Ladrilhador/a - Azulejador/a
	Pedreiro/a
	Pintor/a da Construção Civil
621 – Produção Agrícola e Animal	Operador/a Agrícola
	Operador/a de Máquinas Agrícolas
622 – Floricultura e Jardinagem	Operador/a de Jardinagem
	Técnico/a de Jardinagem e Espaços Verdes
729 – Saúde	Técnico/a Auxiliar de Saúde
762 – Trabalho Social e Orientação	Técnico/a de Informação e Animação Turística
811 – Hotelaria e Restauração	Cozinheiro/a
	Operador/a de Manutenção Hoteleira
	Empregado/a de Restaurante/Bar
	Técnico/a de Cozinha/Pastelaria
	Técnico/a de Cozinha e Restauração
812 – Turismo e Lazer	Técnico/a de informação e animação e turística
	Técnico/a de Desporto
813 – Desporto	Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva
815 – Cuidados de Beleza	Assistente de Cabeleireiro
	Manicura – pedicura

83. Como se pode constatar, existiu a preocupação de diversificar a oferta formativa do Centro, repartida por 48 saídas profissionais (menos 2 do que em 2024) de 21 áreas de educação e formação (menos 1 do que no ano anterior), tendo em conta as prioridades formativas nacionais e as condições dos polos de formação designadamente, quanto aos espaços físicos e equipamentos disponíveis para a formação, bem como ainda em termos de empregabilidade, na sua vertente oferta/dinâmica do mercado de trabalho.
84. Para a realização da formação nos vários EP e CE, o CPJ no ano de 2025 contou com a colaboração de **28 escolas associadas** nos locais abaixo identificados:

Entidades Outorgantes





A *f* *M* *ask*

Quadro 14 – Escolas associadas que colaboram com o CPJ

Região	EP/CE	Locais onde existiu a colaboração das escolas associadas, através da disponibilização de formadores
Norte	EP Izeda	Escola Secundária Abade Baçal
	EP Porto	Escola Secundária João Gonçalves Zarco
	EP Bragança	Escola Secundária Abade Baçal
	EP Guimarães	Escola Agrupamento de Escolas João de Meira
	EP Braga	Escolas André Soares
	EP Vila Real	Agrupamento de Escolas Diogo Cão
	EP Chaves	Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins
	EP Paços de Ferreira	Escola Secundária de Paços de Ferreira
	EP Santa Cruz do Bispo	Agrupamento de Escolas Eng. Fernando Pinto de Oliveira
	EP Vale do Sousa	Escola Secundária de Paços de Ferreira
	CE Santa Clara	EB 2.3 da Escola Júlio Saúl Dias
	CE Santo António	Agrupamento de Escolas Carolina Michäelis (Escola 2.3. Irene Lisboa)
Centro	EP Coimbra	Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro
	EP Guarda	Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque
	EP Guarda (Extensão Mondego)	Escolas da Sé
	EP Leiria (Jovens)	Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo Agrupamento de Escolas D. Dinis
	EP Leiria	Agrupamento de Escolas D. Dinis
	EP Viseu	Agrupamento de Escolas Viseu Norte
	CE Olivais	Agrupamento de Escolas Martim de Freitas
Lisboa e Vale do Tejo	CE Bela Vista	Colaboração com o Agrupamento de Escolas Gil Vicente
	CE Navarro Paiva	Agrupamento de Escolas de Benfica
	CE Padre António Oliveira	Agrupamento de Escolas de São Bruno
	EP Tires	Agrupamento de Escolas de Matilde Rosa Araújo
	EP Linhó	Agrupamento de Escolas de IBN Mucana
	EP Sintra	Agrupamento de Escolas Visconde Juromenha
	EP Carregueira	Agrupamento de Escolas de IBN Mucana
Alentejo	EP Alcoentre	Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira
	EP Vale de Judeus	Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva e Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira
	EP Pinheiro da Cruz	Agrupamento de Escolas de Grândola
	EP Elvas	Agrupamento de Escolas N.º 3



Handwritten initials and signatures in the top right corner.

VII – Modernização dos Espaços Formativos – Investimentos PRR

O IEFP, IP, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o IEFP, I.P., assumiu-se como entidade responsável pela execução física e financeira do investimento RE-C06-i01 “Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional – Subinvestimento Modernização da Formação Profissional”, previsto na componente C06 “Qualificações e Competências”, destinado à modernização e instalação de centros de formação profissional da rede do IEFP, IP. Sendo o CPJ um centro de formação da rede de centros deste organismo, o IEFP, IP, na qualidade de beneficiário direto, celebrou com o CPJ, enquanto beneficiário final, uma Carta de Compromisso para a concretização do referido investimento com um orçamento previsional que atualmente se fixa na importância de €2.197.091,59€, sem IVA, (3.ª Adenda) conforme quadro infra:

34

Quadro n.º 15 – Resumo Financiamento PRR

Tipologia	Valor sem IVA	Valor com IVA	PF líquidos
Equipamentos	€ 2 125 991,59	€ 2 602 529,97	1804
Obras	€ 71 100,00	€ 87 453,00	0
Total	2 197 091,59 €	2 689 982,97 €	1804

Por razões extrínsecas ao CPJ, só foi possível iniciar a execução dos investimentos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no segundo semestre do ano de 2023 , com o lançamento de quatro concursos, um dos quais, com publicidade internacional e uma consulta prévia. Por razões inerentes à tramitação dos procedimentos, que correram os seus tramites legais, e também por alguns casos pontuais, de atrasos nas entregas de equipamentos, a execução financeira não se esgotou no ano de 2023, tendo transitado para 2024.

No início do ano de 2024, logo nos meses de janeiro e fevereiro, foram encetadas diligências de reformulação das fichas de enquadramento técnico da Carta de Compromisso (orçamento e cronograma de execução), nas componentes obras e equipamentos, com o objetivo de reajustar e atualizar o plano de investimentos, desenhado em 2021, à oferta formativa que o CPJ pretendia implementar, nomeadamente pela aposta em equipamentos e tecnologias mais avançada. A proposta veio a ser acolhida pelo IEFP, I.P. e assinada, em julho de 2024.

Foi no segundo semestre de 2024, após a outorga da adenda e já com a nova versão dos anexos 1 e 2 da Carta de Compromisso, que o CPJ retomou a execução física e financeira dos investimentos PRR, na componente “equipamentos”: foram lançados alguns procedimentos, no entanto, nem todos foram bem-

Entidades Outorgantes



4 1
M
Cust

sucedidos, tendo um dos concursos, que tinha por objeto a aquisição de equipamentos para as oficinas automóveis, pelo preço-base de € 100.500,00, ficado deserto, por exclusão de todas as propostas.

A execução durante o ano de 2024 ficou aquém das expetativas, tal devendo-se, em primeiro lugar, à necessidade de alterar a carta de compromisso, com alterações ao nível dos investimentos. Por outro lado, tendo a adenda sido outorgada em Julho, o CPJ só pode retomar os trabalhos no segundo semestre do ano, tendo sido inutilizado o primeiro semestre, e por consequência, não foi possível executar todo o investimento previsto para o ano, apenas no segundo semestre, sendo de salientar que ficou por iniciar e tramitar, em 2024, um procedimento concursal com um peso muito significativo, destinado à aquisição de equipamentos informáticos, por insuficiência de dotação disponível para o efeito, tendo o mesmo sido reescalonado para o início do ano de 2025 – o que se cumpriu, logo nos primeiros meses do ano, a par de outros procedimentos pré-contratuais.

35

No que diz respeito à componente “obras”, cuja execução não se encontrava pendente da outorga da adenda à Carta de Compromisso, foram encetadas diligências preparatórias para a verificação do cumprimento dos requisitos energéticos associados ao investimento para a instalação de painéis fotovoltaicos com bateria(s) no espaço do NFA. Ultrapassada a dificuldade associada à ausência de inscrição matricial urbana, da parcela ocupada pelas instalações do NFA, o CPJ contratou os serviços de certificação energética, tendo este serviço prévio e essencial à execução da obra sido executado em 2024.

No seguimento do convite endereçado, pelo Departamento de Formação Profissional do IEPF, I.P. aos centros de formação de gestão participada, para proceder à revisão dos anexos 1 e 2 das Cartas de Compromisso, respeitantes às fichas de enquadramento técnico, contendo o orçamento e cronograma de execução dos investimentos, nas componentes equipamentos e obras, o CPJ aproveitou o ensejo para solicitar a revisão dos referidos anexos: atendendo ao ponto de situação da execução dos investimentos, bem como à dinâmica da oferta formativa e à reponderação das necessidades das secções de formação, foi proposta a revisão, no sentido de serem eliminados alguns equipamentos e aditados novos investimentos.

Após a outorga da 3.ª Adenda à Carta de Compromisso, que ocorreu a 18.08.2025, o CPJ preparou e lançou diversos concursos públicos, com vista à realização dos investimentos. Atendendo aos prazos normais de tramitação dos procedimentos e ao tipo de equipamentos a adquirir (com prazos de entrega de vários meses) não foi possível garantir, atenta a necessidade de respeitar a tramitação procedimental, nomeadamente a fase de avaliação de propostas e audiência(s) prévia(s), a execução física e financeira de todos os investimentos até ao fim do ano, como inicialmente ambicionado, tendo a execução sido adiada até ao primeiro trimestre de 2026.

Entidades Outorgantes



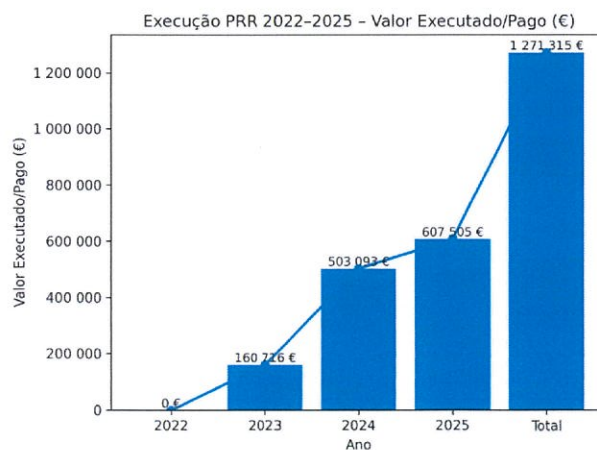
[Handwritten signatures and initials]

Acresce que, ocorreram vários constrangimentos ao nível de alguns dos procedimentos aquisitivos, designadamente, a caducidade de alguns lotes de concursos públicos internacionais, com fundamento na falta de apresentação de documentos de habilitação e propostas de adjudicação subsequentes, por caducidade de adjudicações primitivas e noutros casos, informações de não adjudicação, com conseqüente relançamento de procedimento.

No que concerne à componente de investimento relacionada com as obras, o CPJ encontrou alguns percalços no seu caminho, nomeadamente, pelo facto de terem existido constrangimentos na obtenção do certificado energético do NFA (condição *sine qua non* para a obtenção do financiamento por via do PRR), pelo facto de o CPJ não deter o registo matricial da parcela por si ocupada como prédio urbano - situação só ultrapassada em dezembro de 2024. Por esta razão, o investimento com a realização da empreitada só começou a ser tramitado no ano de 2025, com data de conclusão, no início de 2026.

Feito o enquadramento prévio, constata-se que, a concretização dos investimentos previstos apresenta uma tendência de crescimento progressiva, ao longo do período de execução do investimento (2023-2025), tendo em 2023, ano do início da execução, sido executado um montante de €160.769,08 €; no ano de 2024 o montante executado ascendeu a 503.039,24 €; resultando evidenciado que o ano de 2025 foi um ano, com particular importância, no lançamento de procedimentos, tendentes à conclusão dos investimentos, em ambas as componentes, com um montante executado de 607.505,61 €, correspondente ao valor anual mais elevado do período em análise.

Gráfico n.º 15 –Evolução dos indicadores globais de execução de equipamentos e obras



No que respeita à execução física, expressa no número de postos de formação instalados, a evolução verificada acompanha a dinâmica de implementação dos investimentos. Após a instalação de 151 postos de formação em 2023, registou-se em 2024 um aumento expressivo da capacidade instalada, com 956 postos

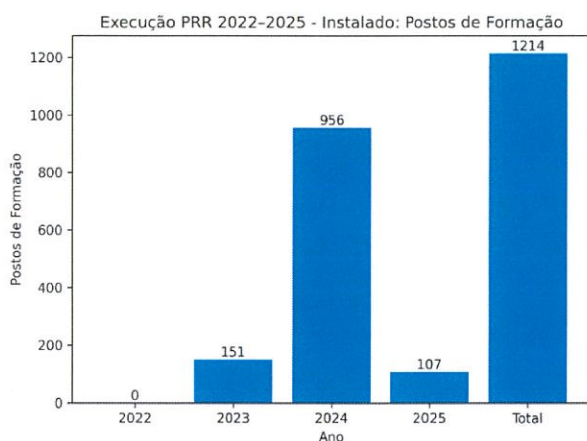
Entidades Outorgantes



Handwritten signatures and initials in blue ink.

de formação, correspondendo à fase de maior beneficiação dos postos de formação. Em 2025 foram instalados 107 postos de formação, permitindo atingir um total acumulado de 1.214 postos de formação instalados no período considerado, assegurando a operacionalização dos equipamentos e o reforço da capacidade formativa e que corresponde a uma taxa de execução de 62%.

Gráfico n.º 16 – Evolução da instalação de postos de formação no âmbito do PRR (2022–2025)



De salientar que, será no primeiro trimestre de 2026 que irão ser concluídos os trabalhos de instalação dos equipamentos, cuja entrega não foi possível garantir até 2025 e também dos equipamentos que necessitavam de pré-configuração por parte da área de informática, pelo que só no ano de 2026, com a conclusão do projeto, o CPJ poderá avançar com o número final de postos beneficiados.

Prevê-se a conclusão deste investimento até 31 de março de 2026, prevendo-se a execução das ações planeadas, consolidando assim as condições necessárias ao pleno funcionamento dos postos de formação e ao reforço da capacidade formativa da instituição.

Este investimento visa a beneficiação/ criação de 1.804 postos de formação que se encontram distribuídos por 43 locais de formação (6 Centros Educativos, 30 estabelecimentos prisionais e Núcleo de Formação de Alcoentre, como se pode observar no quadro lateral.

O CPJ é o Centro da rede de centros de formação do IEF, IP aquele que tem uma maior dispersão geográfica dos investimentos a realizar neste domínio, pese embora o volume global do financiamento não seja muito expressivo.

Local	Tipo	Concelho
CE Bela Vista	CE	Lisboa
CE Navarro Paiva	CE	Lisboa
CE Olivais	CE	Coimbra
CE St.ª Clara	CE	Vila do Conde
CE St.ª Antónia	CE	Porto
CE Padre António Oliveira	CE	Oeiras
NFA	NFA	Azambuja
EP Alcoentre	EP	Azambuja
EP Beja	EP	Beja
EP Braga	EP	Braga
EP Bragança	EP	Bragança
EP Carregueira	EP	Sintra
EP Castelo Branco	EP	Castelo Branco
EP Caxias	EP	Oeiras
EP Chaves	EP	Chaves
EP Coimbra	EP	Coimbra
EP Elvas	EP	Elvas
EP Évora	EP	Évora
EP Faro	EP	Faro
EP Guarda	EP	Guarda
EP Guarda (Ext. Mondego)	EP	Guarda
EP Guimarães	EP	Guimarães
EP Izeda	EP	Bragança
EP Lamego	EP	Lamego
EP Leiria	EP	Leiria
EP Leiria Jovens	EP	Leiria
EP Linhó	EP	Cascais
EP Montijo	EP	Montijo
EP Odemira	EP	Odemira
EP Oihão	EP	Oihão
EP Paços de Ferreira	EP	Paços de Ferreira
EP Pinheiro da Cruz	EP	Grândola
EP Porto	EP	Matosinhos
EP Setúbal	EP	Setúbal
EP Silves	EP	Silves
EP Sintra	EP	Sintra
EP Sta. Cruz Bispo - Masc	EP	Matosinhos
EP Tires	EP	Cascais
EP Vale de Judeus	EP	Azambuja
EP Vale do Sousa	EP	Paços de Ferreira
EP Viana do Castelo	EP	Viana do Castelo
EP Vila Real	EP	Vila Real
EP Viseu	EP	Viseu
TOTAL : 43 (36 EP + 6 CE + NFA)		

Entidades Outorgantes



Handwritten initials and signatures in blue ink.

VIII – ATIVIDADE DO CENTRO QUALIFICA (CQ)

85. O CQ do CPJ tem como objetivo prioritário contribuir para elevação dos níveis de qualificação da população reclusa.
86. Tem como atribuições prestar serviços de informação, orientação e encaminhamento a todos os candidatos à oferta formativa promovida pelo CPJ, bem como à população residente no concelho de Azambuja. Realizando, também, e processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida, por vias formais, informais e não formais, na sua vertente escolar, profissional ou de dupla certificação.
87. No que respeita aos indicadores de atividade do CQ, a taxa de execução registou um salto quantitativo que se justifica pelo esforço de dinamização do CQ por parte da equipa, bem como pelo seu alinhamento com a implementação do Plano de Formação. É o CQ que procede ao encaminhamento dos formandos e que valida os seus os seus requisitos.
88. No quadro 16 estão refletidas as metas que foram assumidas em sede de candidatura ao Programa Pessoas, situam-se o CPJ no patamar intermédio. No Quadro 16 estão espelhados os resultados conseguidos.

Quadro 16 - Metas para 2025

Inscritos	Nº de inscrições no Centro Qualifica	Encaminhados (para RVCC, formação ou outras)	Adultos não desistentes no processo de RVCC
Nº de candidatos	850*	90%	90%

*O valor assumido para o indicador inscritos reflete o valor contratualizado na candidatura financeira (2024) e a meta de 800 inscritos foi contratualizada no PEI, em 2023, com ANQEP.

Quadro 17 – Execução CQ 2025

Código Centro Qualifica	Designação	Meta Inscrições	Total 2025 Inscrições	Total 2025 Encaminhamentos	Total 2025 Encaminhamentos outras modalidades	Total 2025 Encaminhamentos RVCC	Total 2025 Certificações em RVCC	Total 2025 Certificações outras modalidades
1045216	Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça	800	1868	1929	1747	182	222	2401

89. Da análise dos resultados obtidos, verifica-se que, em relação às metas contratualizadas registaram-se taxas de execução muito acima dos 100% nos indicadores de referência, respetivamente, 220% para os

Entidades Outorgantes



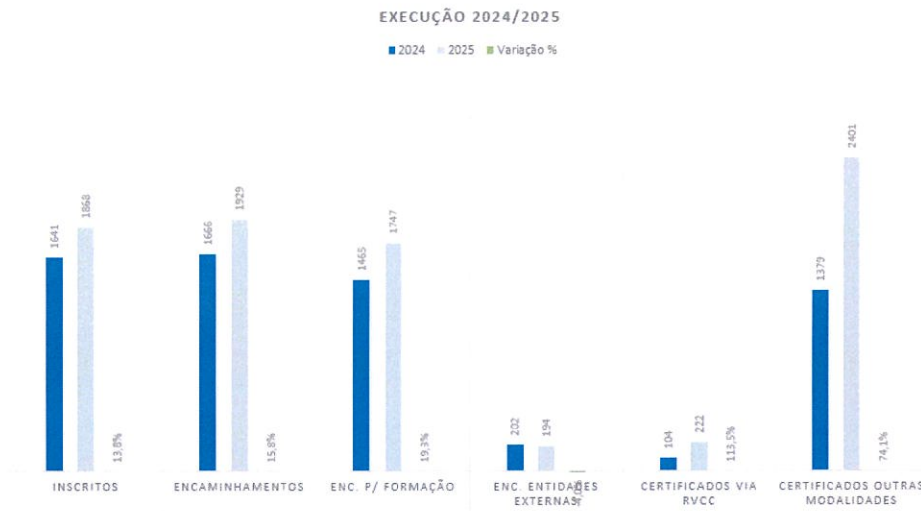
\$

Handwritten signature

inscritos (1.868) e 268% para os encaminhamentos (1.929). Do total dos encaminhamentos feitos, 90% (1747) foram para formação profissional, dos quais 194 para entidades externas (11%).

90. Foram integrados em processos RVCC, 182 pessoas, tendo sido certificadas, por esta via, 222 pessoas e 1.379 foram certificadas no âmbito de outras modalidades de qualificação.

Gráfico n.º 17 – Execução 2024/2025



91. Salienta-se, ainda, que no que concerne ao encaminhamento para processo de RVCC, sobretudo de nível profissional, os resultados, ainda ficam aquém dos objetivos contratualizados. Para justificar esta situação consideram-se relevantes os seguintes aspetos:

- A população prisional apresenta um nível muito baixo de competências profissionais, e dentro de um mesmo EP poder-se-á encontrar, isoladamente, um ou outro adulto com competências numa determinada área, o que levanta constrangimentos na gestão orçamental do Centro, pois ao tornar-se difícil reunir um grupo de candidatos com competências em áreas similares o trabalho do CQ é realizado de uma forma quase individualizada sendo a respetiva despesa a mesma que para um grupo homogéneo de adultos.
- Apesar da baixa escolaridade verificada na população reclusa, na sua maioria são adultos sem quaisquer competências escolares, cujo perfil exige um encaminhamento para um percurso formativo que lhe confira as referidas competências.
- Ainda no contexto prisional, dada a situação de precariedade em que os adultos vivem, muitas vezes no processo de negociação do encaminhamento, este tende a recair sobre os percursos que permitem auferir alguma verba para adquirirem bens de primeira necessidade. Também nas situações de penas

Entidades Outorgantes





\$

k

k

M
Adh

muito longas, não só o recluso, mas também o próprio EP, tende a dar preferência aos percursos que mantêm o adulto ocupado durante um período mais longo de tempo.

▪ Um outro constrangimento está relacionado com os processos de transferência entre Estabelecimentos Prisionais ou com o termo das medidas de privação de liberdade aplicadas, na medida em que o Centro Qualifica nem sempre dispõe, em tempo útil, da informação relativa às saídas e transferências dos reclusos. Tal circunstância compromete o adequado encaminhamento das situações, designadamente no que respeita à garantia de continuidade dos respetivos processos.

40

92. Até ao final do ano de 2025 foi atribuído o incentivo “Acelerador Qualifica” a 344 dos adultos que concluíram o processo de qualificação e relativos a processos instruídos pelo CQ do CPJ. A medida Acelerador Qualifica, foi implementada em 2022 e tem como objetivo incentivar os adultos com percursos de qualificação incompletos ou com baixas qualificações, a concluírem ou progredirem nas suas qualificações escolares e profissionais, atribuindo um incentivo financeiro que ronda os 600€. Os procedimentos prévios à atribuição deste apoio traduzem-se em diversas tarefas, nomeadamente: contactos telefónicos e via correio eletrónico com os estabelecimentos prisionais, civis e ANQEP, introdução de documentação no módulo e correção de erros processuais.

93. Face ao período homólogo, todos os indicadores de referência obtiveram uma variação muito positiva, tendo sido feitas mais 226 inscrições, mais 263 encaminhamentos para formação profissional e a certificação de mais 118 Adultos/as por esta via. Neste enquadramento, cumpre sublinhar que todas as metas contratualizadas foram superadas de forma expressiva, o que evidencia um elevado nível de compromisso e capacidade de resposta aos desafios decorrentes do encerramento da medida Acelerador Qualifica, no último ano da sua vigência. Estes resultados representam a melhor execução do CQ face aos três anos anteriores (2022, 2023 e 2024).

94. Os processos de RVCC dirigidos à população reclusa realizaram-se em 18 estabelecimentos prisionais (mais dois do que no ano anterior). Os processos de RVCC abertos ao público em geral foram realizados na Junta de Freguesias Vale do Paraíso, do concelho da Azambuja, no Núcleo de Formação de Alcoentre e na IPSS Desafio Jovem, conforme quadro infra.

Entidades Outorgantes



[Handwritten signatures and initials]

Quadro 18– Locais de realização de processos RVCC

Grupos
EP Olhão
EP Pinheiro da Cruz
EP Alcoentre
EP Porto
EP PJ Porto
EP Coimbra
EP Vale do Sousa
EP Carregueira (2 Grupos))
EP Viseu
EP Leiria
EP Aveiro
EP Guimarães
EP Vale de Judeus
EP Évora
EP Montijo
EP Setúbal (2 grupos)
EP Elvas
EP Izeda
Alcoentre RVCC Escolar1 – Cívica
Alcoentre RVCC Escolar2 – Cívica
Junta Freguesia Vale do Paraíso
Desafio Jovem

95. As áreas profissionais passíveis de certificação pelo processo RVCC profissional do CQ do CPJ, após autorização da ANQEP, encontram-se representadas no quadro seguinte:

Quadro 19 – Áreas Profissionais

Serviços de apoio a crianças e jovens
Proteção de Bens e Pessoas

96. Ao longo de 2025 foram realizadas 90 comissões de avaliação e certificação (CAC). As CAC permitem que candidatos que apresentem um percurso incompleto de qualificação, com certificações parciais obtidas em mais do que uma modalidade de educação e formação ou em processo de RVCC, possam obter uma qualificação.

97. Estes resultados permitiram que o financiamento por parte do FSE+ (Operação: PESSOAS-FSE+-01126100) correspondesse ao montante máximo elegível face ao escalão aprovado e número de inscritos por ano constante na candidatura efetuada.

98. Dados estatísticos obtidos através do site da DGRSP, relativos a dezembro de 2024, indicam-nos que os níveis de escolaridade da população reclusa são, efetivamente, muito baixos. Dos 12.360 reclusos, 78% possui habilitações iguais ou inferiores ao 9.º ano de escolaridade, como se pode verificar no gráfico infra:

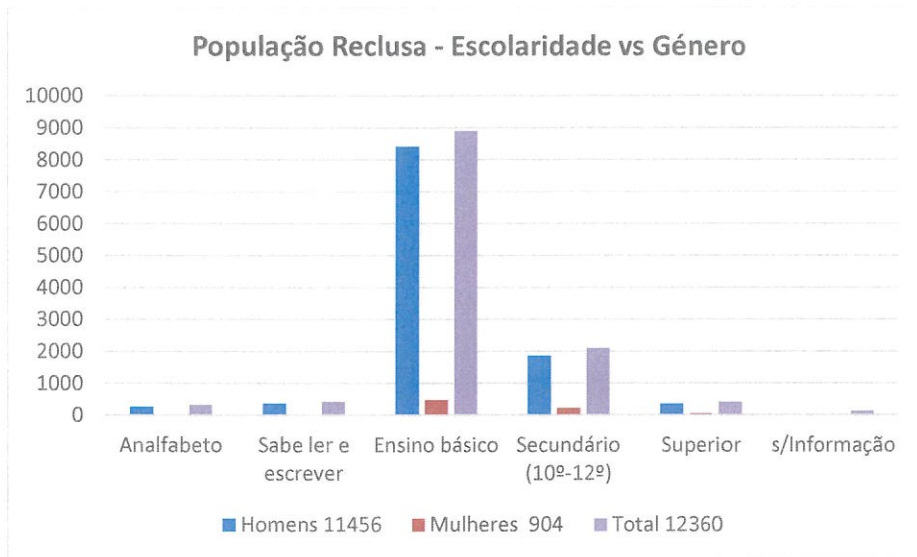
Entidades Outorgantes





Handwritten initials and signatures in blue ink.

Gráfico 18– População Reclusa: Escolaridade vs Género – 31.12. 2024



99. Estes dados, por si só, evidenciam a necessidade de respostas de qualificação proporcionadas pelo CPJ, através do seu CQ e dos cursos EFA de nível básico

Equipa

100. A equipa do CQ desenvolve a sua atividade em estreita articulação com a Divisão de Qualificação do CPJ, visando não apenas conseguir que as ações promovidas pelo CPJ, possam ir de encontro, o mais possível, ao perfil e necessidades dos candidatos, como rentabilizar o trabalho administrativo efetuado no CQ que, posteriormente, não carece de duplicação quando do encaminhado para esta Divisão.

101. Durante o ano de 2025, a equipa do Centro Qualifica do CPJ foi constituída por uma estrutura central sediada no Núcleo de Formação de Alcoentre (NFA), responsável pela gestão administrativa em toda a zona geográfica de intervenção, nomeadamente Lisboa, Alentejo/Algarve e Norte.

102. A equipa nuclear contou com cinco Técnicos de Orientação, Reconhecimento e Validação de Competências (TORVC), responsáveis pela inscrição, orientação e encaminhamento para ofertas formativas (incluindo Processos RVCC, Cursos EFA e outros), bem como pela realização de Comissões de Avaliação e Certificação (CAC) da população prisional de todos os estabelecimentos prisionais do território nacional e da população civil do concelho de Azambuja. Além disso, a equipa assegurou o acompanhamento, sobretudo nas fases iniciais, dos adultos encaminhados para Processos RVCC, bem como a gestão administrativa inerente às etapas de orientação, encaminhamento e reconhecimento/validação de competências, incluindo a introdução de dados na plataforma SIGO e a articulação com outras entidades e instituições. Compete ainda à equipa nuclear a comunicação direta com os TORVC no terreno, bem como a articulação com a equipa de formadores.

Entidades Outorgantes



\$ - k k

103. O trabalho realizado pelo CQ é quase na sua totalidade feito em itinerância, facto que assume elevado impacto em toda a sua organização interna. Estas itinerâncias são efetuadas sobretudo em Estabelecimentos Prisionais e fazem parte de um trabalho quotidiano da equipa.
104. Dada a dispersão geográfica do território de atuação do CQ do CPJ, sempre que se justifique, são contratados TORVC localmente, de acordo com o número de grupos ativos, garantindo assim uma resposta de maior proximidade, mais eficaz e célere.
105. A equipa do Centro Qualifica inclui também formadores para os Processos RVCC Escolar e RVCC Profissional (PRO). Em articulação com os Técnicos ORVC, estes formadores asseguram as várias fases do reconhecimento, validação e certificação de competências (escolares ou profissionais). As suas funções incluem a descodificação dos referenciais, análise dos Portefólios Reflexivos de Aprendizagens (PRA), apoio à preparação dos adultos para as provas de certificação, organização de sessões de júri e inserção de dados na plataforma SIGO. Os formadores do RVCC PRO realizam ainda entrevistas técnicas, enquanto os do RVCC Escolar, quando necessário, desenvolvem sessões de formação complementar.
106. Com o objetivo de uniformizar procedimentos da equipa em todos os locais de atuação do CQ do CPJ, foram criadas diversas Orientações Metodológicas e Guias, disponibilizados a todos os elementos da equipa. Estes documentos são atualizados regularmente para garantir o alinhamento com as exigências da Carta de Qualidade. Além disso, passou a ser realizada uma reunião geral anual para abordar questões essenciais à melhoria da comunicação entre os diversos intervenientes e à elevação da qualidade da intervenção do Centro.
107. A utilização da plataforma HumanTrain pela equipa nuclear do Centro teve com o objetivo melhorar os procedimentos de seleção de candidatos para a oferta formativa promovida pelo CP junto dos estabelecimentos prisionais. A criação de um guia de procedimentos veio melhorar a articulação entre os colaboradores da DQ e do CQ.

M
alt

Protocolos e Parcerias

108. O principal parceiro é a DGRSP, com quem se articulam todas as intervenções do CQ, como sejam a realização das ações de informação e divulgação por todos os estabelecimentos prisionais, das quais resultam inscrições para os processos de RVCC. Também na fase de acolhimento, diagnóstico e encaminhamento, os adultos são direcionados para as ofertas disponíveis em cada EP, de acordo com o seu perfil e motivações futuras. A maior parte da população prisional apresenta baixa qualificação escolar e profissional, sendo maioritariamente encaminhada para percursos EFA ou FMC. Uma percentagem menor segue para Processos de RVCC Escolar e/ou Profissional, sendo que, dentro deste grupo, a maioria é composta por reclusos.

Entidades Outorgantes



[Handwritten signatures]

109. No âmbito da articulação com outras entidades, o CQ é membro do Conselho Local de Ação Social de Azambuja e do Conselho Municipal de Educação de Azambuja.

[Handwritten signature]

Quadro 20– Parcerias

DGRSP
Câmara Municipal de Azambuja
Cento Qualifica da Escola Secundária de Azambuja
IEFP Santarém
Junta de Freguesia de Aveiras de Cima
Junta de Freguesia de Vale do Paraíso
Junta de Freguesia de Alcoentre
Junta de Freguesia de Manique, Maçussa e Vila Nova da Rainha
Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo
Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha
GIP Gabinete de Inserção Profissional -Azambuja
APAS – Associação de Produtores Agrícolas da Sobrena
CAP -Confederação de Agricultores de Almeirim
Escola D. Carlos I
Plano Nacional de Leitura
Agrupamento Escolas dos Templários
CQ da TAIPA
2065 – ADL

Atividades desenvolvidas que contaram com o envolvimento do CQ

110. Com o objetivo de captação de públicos com menor qualificação escolar e, pelo facto do CQ do CPJ estar sedeedo numa zona rural, a disponibilização de ofertas relacionadas com a atividade agrícola, permitiu que alguns adultos ligados a esta área, voltassem a receber formação e a interessarem-se pelo aumento das suas qualificações. Em 2025, foi possível encaminhar 137 candidatos. O CQ procedeu também ao encaminhamento de 62 cidadãos estrangeiros para cursos de “Português Língua de Acolhimento” promovidos pelo Serviço de Formação Profissional de Santarém, do IEFP.

111. Foram também realizadas outras atividades que contaram com o envolvimento e participação do CQ, algumas das quais estão descritas no capítulo seguinte. Estas atividades tiveram por objetivo sensibilizar o nosso público-alvo para determinadas temáticas, designadamente: a comemoração do "Setembro Mês da Alfabetização e das Literacias" (SMAL 2025), respondendo a um convite lançado pela Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos, Apendências (APEFA) ou atividades realizadas a

Entidades Outorgantes





Handwritten initials and a signature in blue ink.

pretexto do Dia Internacional da Educação nas Prisões (DIEP), iniciativa promovida pela Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APeND).

Handwritten signature in blue ink.

- 112.** No que se refere à população civil, o recurso às redes sociais, foi fundamental para a captação de público para as ofertas disponibilizadas, mantendo-se 3 grupos ativos durante 2025.
- 113.** Salienta-se, também, que ao longo de 2025, o coordenador do CQ do CPJ participou em todas as reuniões do Conselho Municipal de Educação de Azambuja e do Conselho Local de Ação Social do Conselho de Azambuja, estando também o CQ do CPJ representados no Grupo Operativo, através de uma TORVC, onde tem sido possível dar respostas às necessidades identificadas localmente no que se refere às questões da educação/formação, nomeadamente através da realização de sessões de divulgação da oferta do Centro em todas as reuniões com os encarregados de educação do Agrupamento de Escolas do Alto Concelho.
- 114.** Foi produzido um vídeo de apresentação da Operação financiada, o qual foi divulgado no site institucional do CPJ e nas redes sociais.



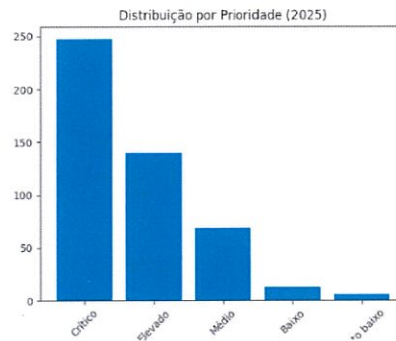
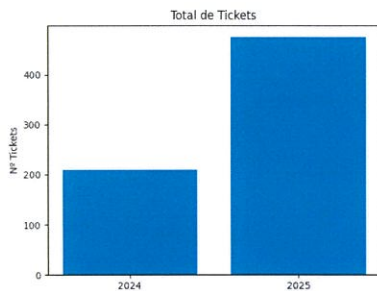
IX – OUTRAS ATIVIDADES

No âmbito deste capítulo destacam-se as atividades desenvolvidas pelas equipas de suporte, como sejam a Área de Informática, ou a produção de instrumentos técnicos e de gestão que envolveu as diferentes áreas do Centro, bem como atividades dinamizadas pelo CPJ em articulação com a DGRSP e alguns EP.



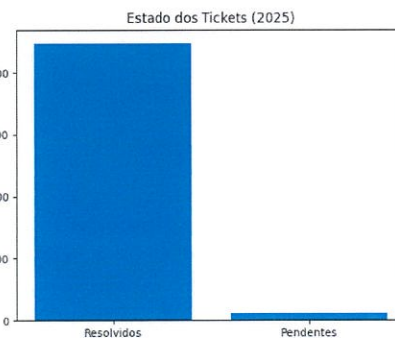
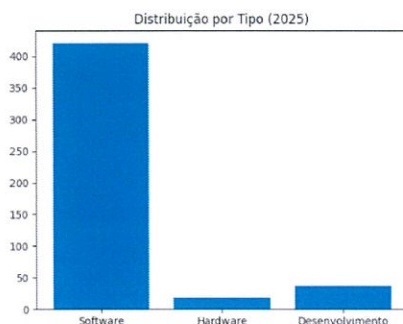
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ÁREA DE INFORMÁTICA

Durante o período em análise, a Área de Informática registou um acréscimo muito significativo da atividade de suporte técnico, refletido no aumento do número de pedidos tratados. Em 2025 foram registados 475 tickets, o que representa um crescimento de 127,3% face ao período anterior. Este aumento de pedidos de suporte pode justificar-se pela integração de mais seis elementos na equipa, tendo existido ainda uma sétima pessoa que passou pelo centro, mas rescindiu o seu contrato



Os tickets são classificados por nível de prioridade, sendo que a esmagadora maioria foi assinalada como crítica, situação que determina uma resposta no próprio dia.

A maioria dos pedidos de apoio feitos à equipa de Informática estavam relacionados com o software.



Verifica-se uma elevada taxa de resposta por parte da equipa de Informática, evidenciada pela resolução de 94,1% dos pedidos de suporte, bem como uma redução expressiva do *backlog* de pedidos pendentes, que

Entidades Outorgantes





Handwritten initials/signature

registrou uma diminuição de 55,6%. Estes indicadores evidenciam o reforço da eficiência operacional da Área de Informática e a sua capacidade de adaptação ao aumento da procura, assegurando níveis elevados de continuidade e fiabilidade no suporte aos utilizadores e aos sistemas de informação do CPJ.

Handwritten signature

Regulamentação e Planeamento em Segurança da Informação

Durante o período em análise, foram desenvolvidas iniciativas relevantes no domínio da governação tecnológica e da segurança da informação.

47

Destaca-se a renovação do Regulamento de Utilização dos Recursos Informáticos e de Comunicação, assegurando a atualização das normas de utilização e o alinhamento com o contexto tecnológico e organizacional vigente.

Foi igualmente elaborado o Plano de Cibersegurança, documento estruturante que estabelece orientações, medidas preventivas e mecanismos de controlo destinados à mitigação de riscos tecnológicos, proteção dos sistemas de informação e reforço da continuidade operacional do CPJ.

Continuidade Operacional e Resiliência Tecnológica

Em 2025, a Área de Informática demonstrou elevada capacidade de resposta e resiliência operacional, designadamente na gestão de uma ocorrência técnica ao nível da infraestrutura aplicacional.

A intervenção efetuada permitiu assegurar, em tempo reduzido, a substituição e plena operacionalização da plataforma tecnológica subjacente, garantindo a continuidade dos serviços e a estabilidade dos sistemas de informação do CPJ.

Desenvolvimento de novas aplicações informáticas

Visando dar sequência ao processo de modernização tecnológica e de simplificação administrativa a equipa da Área de Informática desenvolveu os seguintes aplicativos:

- Ajudas de Custo
- Trabalho Suplementar
- Crédito de Horas

INSTRUMENTOS TÉCNICOS E DE GESTÃO

Durante o ano de 2025 deu-se sequência ao processo iniciado em 2024, de atualização/revisão ou criação de regulamentos que resultaram de alterações legislativas ou necessidade de clarificações/atualizações em função da sua aplicação prática. Os regulamentos novos justificam-se pela necessidade de definir novos procedimentos e harmonizar atuações no contexto organizacional, bem como apostar na simplificação administrativa.

Assim, em 2025 e ao nível da **simplificação administrativa** destaca-se:

Entidades Outorgantes



\$ K L

- O desenvolvimento da integração das plataformas HT e Primavera que permite que o pagamento das bolsas aos formandos e os honorários aos prestadores de serviços se processe de forma integrada, com ganhos de eficiência e eficácia, bem como ao nível dos tempos de trabalho e rigor nos processos.
- Redução do número de informações a realizar pela equipa Divisão de Qualificação que passou de 4 para 1.
- Automatismo no envio das Notas de Honorários dos prestadores de serviços
- Forte aposta na circulação de documentos por via Digital (Dossier Técnico Pedagógico Digital; registos de ocorrência com assinaturas digitais; assinatura digital dos contratos dos prestadores de serviços, que se traduz em ganhos de eficiência e redução de consumos de papel e despesas com correio; etc.)
- Desenvolvimento de aplicações informáticas: Ajudas de Custo, Trabalho Suplementar e Crédito de Horas.
- Reforço da articulação / comunicação entre as equipas da DQ e do CQ

48

Ao nível do desenvolvimento/atualização de instrumentos técnicos, destacam-se os seguintes:

Atualizações / Revisões

- Revisão do Regulamento de Avaliação de Desempenho – RAD

Novos

- Regulamento de Gestão e Organização da Formação Profissional
- Regulamento de Utilização dos Recursos Informáticos e de Comunicação do CPJ
- Plataforma de documentação, validação e certificação

Em curso

- Plano de Plano de Ação Cibersegurança
- Manual de Saúde e Segurança no Trabalho
- Revisão do Regulamento Orgânico

Entidades Outorgantes



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ATIVIDADES DIVERSAS

Para além da atividade formativa, o ano de 2025 foi também marcado pela realização de um conjunto de outras atividades, algumas das quais inovadoras e que permitiram afirmar o papel do CPJ junto da comunidade e reforçar as dinâmicas de parcerias com diferentes atores, destacando-se a realização do I Encontro Nacional: Processos de Qualificação em Contextos de Privação de Liberdade: Desafios e Oportunidades que juntou todos os parceiros institucionais com quem o CPJ se articula de forma privilegiada.

A seguir descrevem-se, sumariamente, essas atividades.

I Encontro Nacional: Processos de Qualificação em Contextos de Privação de Liberdade: Desafios e Oportunidades

Este Encontro, que teve lugar no dia 30 de maio de 2025, foi organizado pelo CPJ em articulação com a DGRSP e contou com o apoio do IIEFP, IP e constituiu um momento de encerramento dos três *Workshops* (WS) regionais que tiveram lugar ao longo de 2024, sob o tema “Dinâmicas de articulação em contextos de formação”, dirigido a responsáveis e técnicos dos Estabelecimentos Prisionais que intervêm na implementação da formação profissional. Estes *workshops*, reuniram 104 pessoas e visaram criar momentos de partilha de conhecimentos e reflexão em conjunto, bem como o aprofundamento de relações; partilhar boas práticas no desenvolvimento da formação em contexto prisional, bem como de atividades complementares à formação.

O Encontro Nacional, reuniu dirigentes dos Estabelecimentos Prisionais e dos Centros Educativos, dirigentes



dos IIEFP e representantes do Ministério da Educação e da ANQEP, mediadores e gestores de ação e outros profissionais do CPJ, num total de cerca de 180 pessoas. Teve por objetivo discutir desafios e oportunidades, partilhar experiências e conhecimentos sobre a importância da educação e da formação

como ferramentas essenciais para reinserção social e profissional das pessoas sujeitas a medidas de privação de liberdade, constituindo-se também como elemento fundamental na garantia de acesso às mesmas oportunidades que os demais cidadãos.

Entidades Outorgantes



Handwritten initials/signature

AGENDA

9:00h – Recepção aos convidados

10:00h – 10:30h - Sessão de Abertura:
 • Diretor-Geral da DGRSP, Orlando Carvalho
 • Presidente do Conselho Diretivo do IEF, IP, Domingos Lopes

10:30h – 10:50h - "A importância da formação na reinserção social" – João Côas, Subdiretor-Geral da DGRSP, vogal do Conselho de Administração do CPJ

10:50h – 11:10h - "Dinâmicas de articulação em contexto de formação: desafios e oportunidades" – Cláudia Mares, Diretora do CPJ

11:10h – 11:30h - "Os desafios da neurodiversidade: perís de aprendizagem" – Adriana Santos, Professora Doutora da Universidade do Minho

11:30h – 11:50h - Cofee Break

11:50h – 13:00h - Mesa Redonda: "Qualificação e Reinserção: Construindo Caminhos para o Futuro"
 • Florbela Valente – Subdiretora-Geral da DGEA
 • Leandro Marques – Técnico superior do CPJ
 • Ana Silva – Professora mediadora no CENP
 • Isabel Andrade – Proprietária do Restaurante McDonald Jardim Zoológico; Denis Fernandes – Diretor de Marketing
 • Jovens do Centro Educativo da Bela Vista e/ou CED (testemunho da sua experiência no CE durante a medida de internamento)

Moderação: Margarida Macedo, Diretora de Serviços de Justiça Juvenil / DGRSP

13:00h-14:30h – Pausa para almoço

14:30h – 15:30h - Mesa Redonda: "Processos de Qualificação em Contexto Prisional: Desafios e Oportunidades"
 • Carla Pragaça – Adjunta da Diretora do EP de Leiria Jovens
 • Vítor Gonçalves - Conselheiro do EP de Alentejo
 • Maria do Céu Gonçalves - Mediadora do CPJ
 • Liliana Amaral – Técnica do Centro Qualifica do CPJ
 • Emília Machado - Técnica Superior de Reeducação do EP de Coimbra

Moderação: Cármen Ruivo, Chefe da Divisão de Qualificação / CPJ

15:30h - 16:30h - Mesa Redonda: "Testemunhos - Boas Práticas"
 • Carlos Salgado - Chefe de Divisão do CPJ
 • Estanislau Ramos Dias - Chefe de Equipa do Centro de Competências de Dinamização das Atividades Económicas e Laborais da DGRSP
 • Elisabete Dias - Diretora do EP de Vale do Sousa
 • Iris Cristina de Carvalho – Professora do Centro Educativo Padre António Oliveira
 • Bruno Silva - Guarda do EP de Paços de Ferreira

Moderação: Jorge Monteiro, Diretor do CEIP – Centro de Estudos Investigação e Planeamento da DGRSP

16:30h – 17:00h – Momento cultural:
 Chapatit (atuação das jovens do CENP e CEBV)
 Grupo de Cante Alentejano do EP de Beja

17:00h - Sessão de Encerramento
 • Cristina Alves - Presidente do Conselho de Administração do CPJ
 • João Côas - Subdiretor-Geral da DGRSP, vogal do Conselho de Administração do CPJ

Handwritten signature

O dia contou ainda com dois belíssimos momentos culturais: uma atuação dos jovens dos Centros Educativos Navarro de Paiva e Padre António Oliveira, sob a orientação do Chapatit e uma atuação brilhante por parte de um grupo de reclusos do EP de Beja que, sob a orientação do Mestre Bernardo Emídio, nos brindaram com um extraordinário momento que fez jus à instituição do cante alentejano como património cultural Imaterial da humanidade, distinção atribuída pela UNESCO em 2014.

Tratou-se de dois bons exemplos demonstrativos de que no âmbito de contextos de privação de liberdade se podem realizar atividades de cariz

cultural importantes e enriquecedoras para estimular a esperança num futuro melhor.

SMAL 2025 – Setembro, Mês da Alfabetização e das Literacias

O Dia Internacional da Alfabetização, celebrado a 8 de setembro, foi instituído pela UNESCO em 1967, para destacar a alfabetização como um direito fundamental e uma importante ferramenta de transformação social. De acordo com a UNESCO, cerca de 763 milhões de adultos ainda não sabem ler e escrever, sendo que dois terços deles são mulheres e precisam de conhecimentos básicos de leitura e escrita, razão pela qual continua a ser uma prioridade política e encontra-se inscrito nos 4.º Objetivo dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela ONU até 2030.

Sendo conhecidos os baixos níveis de escolaridade da população reclusa, o CPJ, através do seu CQ, e respondendo a um convite feito pela Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos, Aprendências (APEFA), aderiu à Iniciativa Nacional de Educação de Adultos, "Setembro Mês da Alfabetização e das Literacias" (SMAL 2025). Nesse contexto, o CPJ, em articulação com o EP da Carregueira, promoveu, no dia 26 de setembro de 2025, uma sessão de reflexão e partilha dedicada aos desafios da reintegração no

Entidades Outorgantes



A A K
M
all

contexto prisional, tendo como destinatários adultos em processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), que através desta sessão tiveram a oportunidade de refletir sobre a sua experiência pessoal, os desafios da reclusão e as possibilidades de recomeço. Estas reflexões foram materializadas na “Estrada da Integração”, um mural simbólico onde cada formando colocou a sua pegada e leu em voz alta a sua reflexão, num momento de escuta ativa e de valorização da expressão individual.



Seguiu-se a Mesa de Reflexão e Partilha, dinamizada pela Dra. Teresa Calçada, especialista em literacia e promoção da leitura, e pelo Doutor José Pacheco Pereira, historiador e comentador político. Ambos abordaram a importância da educação, da cidadania e da participação ativa da sociedade na construção de percursos de reintegração, fomentando um debate aberto e enriquecedor com todos os presentes. Nesta sessão cada formando integrado em processo de

51

RVCC foi convidado a refletir sobre o significado do direito a uma segunda oportunidade no seu percurso de reinserção social e profissional, registando essa reflexão numa cartolina em forma de pegada. As pegadas foram depois coladas numa estrada desenhada em papel de cenário, representando, de forma simbólica e coletiva, a caminhada de cada participante rumo à reintegração.



DIEP - Dia Internacional da Educação nas Prisões

Visando assinalar o Dia Internacional da Educação nas Prisões (DIEP), iniciativa que é promovida pela Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APeND), o CPJ, através do Centro Qualifica e da Divisão Qualificação e em estreita colaboração com o Estabelecimento Prisional da Carregueira, promoveu no dia 13 de outubro de 2025 um conjunto articulado de iniciativas. O evento deu continuidade às atividades iniciadas a 26 de setembro, no âmbito do Setembro, Mês da Alfabetização e das Literacias (SMAL25). Esta sessão reuniu representantes do CPJ, do EP da Carregueira, da RESHAPE, do IPAV e do Agrupamento de Escolas Visconde Juromenha, num espaço de diálogo e partilha sobre a importância da educação em contexto prisional. A mesa-redonda permitiu ouvir testemunhos das entidades e, em especial, dos formandos, que expressaram de forma sentida o impacto da educação e da formação na reconstrução dos seus percursos de

Entidades Outorgantes



Handwritten initials/signature



vida. O evento culminou com a entrega de prémios às melhores reflexões inscritas na “Estrada da Reintegração”, votadas por toda a comunidade escolar, reforçando o valor da educação como instrumento de inclusão, dignidade e cidadania.

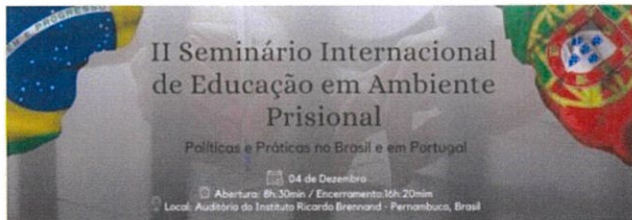
Handwritten signature

Esta iniciativa reafirma o compromisso do CPJ com práticas educativas humanizadoras, que colocam a aprendizagem, o reconhecimento de competências e a formação ao longo da vida no centro dos processos de reabilitação e reinserção social.

Vídeo Promocional do Qualifica

Com a colaboração do Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro foi elaborado um vídeo promocional do Centro Qualifica que destaca os apoios do FSE+ - Programa Pessoas 2030. O vídeo encontra-se publicado no site do CPJ e pode ser visualizado através do link: <https://www.cpj.pt/centro-qualifica.html>

II Seminário Internacional de Educação em Ambiente Prisional: Políticas e Práticas no Brasil e em Portugal



**II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO EM AMBIENTE PRISIONAL
POLÍTICAS E PRÁTICAS NO BRASIL E EM PORTUGAL**
04/12/2025
LOCAL: Auditório do Instituto Ricardo Brennand - Pernambuco, Brasil

O CPJ esteve presente, através de videoconferência, no II Seminário Internacional de Educação em Ambiente Prisional, subordinado à temática “Diálogos Luso Brasileiros sobre Formação ao Longo e em Diferentes Espaços de Vida”, através da Diretora que participou como oradora.

Entidades Outorgantes





Handwritten initials in blue ink.

Projeto Recultivar: Semeando a Reabilitação Mental”



O CPJ é parceiro da Associação Upfarming na implementação do projeto “Recultivar: Semeando a Saúde Mental” financiado pelo BPI e Fundação “La Caixa”. Este projeto visa qualificar 44 utentes do Serviço Regional de Psiquiatria Forense, através da implementação de uma horta vertical no Hospital Júlio de Matos,

Handwritten signature in blue ink.

53

associada a um plano de formação profissional que é assegurado pelo CPJ, através do qual pretende-se a aquisição de competências técnica, pessoais e profissionais e, por essa via, melhorar os níveis de empregabilidade desta população.

Projeto de Formação Profissional em articulação com as Atividades Económicas (DGRSP)

O CPJ encontra-se a colaborar com o Centro de Competências de Dinamização das Atividades Económicas e Laborais da DGRSP que tem por objetivo a qualificação de reclusos com vista à sua inclusão nas unidades produtivas dos estabelecimentos prisionais. Para o efeito, estão calendarizadas ações de formação profissional nas áreas da serralharia civil, costura, operador agrícola; horticultura, soldadura; motosserrista e tipografia/encadernação.

Projeto “Emprego à saída da prisão” - projeto da Better Future

CPJ associou-se à DGRSP como parceiro para a implementação deste projeto, que assenta numa candidatura ao prémio Solidário BPPI “La Caixa” .

Objetivos

- Capacitar 60 reclusos - áreas da Serralharia metalomecânica/civil e Costura
- TPE para 120 participantes de competências para a empregabilidade, incluindo na procura ativa de emprego, entrevistas de seleção e na elaboração de candidaturas ajustadas ao mercado de trabalho
- Criar 2 Gabinetes de Apoio ao Emprego em 2 Estabelecimentos Prisionais
- Criar um “Kit de saída em Liberdade”
- Criar uma rede de apoio para a transição pós-reclusão
- Promover a empregabilidade sustentada

Entidades Outorgantes

A F E
M
A

Exemplo de Atividades realizadas em contexto de formação

Na imagem infra, constam alguns exemplos de atividades realizadas pelos formandos em contexto de formação, algumas das quais estão publicadas no site do CPJ e podem aí ser consultadas. Estas atividades, para além das aprendizagens formais que lhes estão diretamente associadas, constituem também elementos muito importantes para o reforço da motivação, coesão de grupo, desenvolvimento de competências ao nível do trabalho em equipa.

Algumas atividades desenvolvidas em 2025

EP Tires


Impacto Atual

- Formandas mais confiantes e motivadas
- Pontes (necessárias) com a comunidade

PROJETO (RE)COZINHAR: Um Ciclo Sustentável de Chefs

- Encontros que transformam de dentro para fora
- Chefs envolvidos com propósito

EP Carregueira



EP Vale do Sousa

ULADO


TRABALHOS REALIZADOS NO ÂMBITO de FORMAR PARA (RE)INTEGRAR

No âmbito da Formação Modular de Formar para (Re)integrar (ação nº 1787/24), que decorre no Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa, os formandos abordaram vários temas, tendo sido criado um Jornal para partilha do trabalho desenvolvido

EP Vale do Sousa


COMPANHIA DOS PENSADORES

APRESENTA




EP Leiria Jovens

A Fotografia através da perspectiva de jovens reclusos - trabalho de intervenção através da arte no EP Leiria.



EP Izeda

Estação fotovoltaica



Concurso DIEP 2025

Ainda no quadro das comemorações do Dia Internacional da Educação nas Prisões, o CPJ apresentou uma candidatura ao “Concurso DIEP 2025”, promovido pela Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APEnD), cujo resultado consistiu na atribuição, por esta entidade, de um certificado de participação e a publicação de uma notícia na Revista Magazine APEnP (Dez. 25), com divulgação nacional e internacional:



Entidades Outorgantes



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO GONÇALVES ZARCO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO (FEMININO)

CENTRO PROTOCOLAR DA JUSTIÇA

SESSÃO COMEMORATIVA DO DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO NAS PRISÕES "DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO"

O DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO NAS PRISÕES NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO (FEMININO) 2025

A candidatura apresentada pela Escola Secundária João Gonçalves Zarco, em parceria com o Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (Feminino) revela uma clara visão educativa rigorosa, metódica e planeada...

A proposta define de forma inovadora e séria o público-alvo - formadas EJA, MTA, NCCA e EJA 1º e apresenta uma caracterização qualitativa dos estudantes...

A partir do documento A cura por uma sala de aulas moderna, de Andy Hourraine (2021), a iniciativa promove, num primeiro momento, uma reflexão sobre práticas educativas e de gestão...

Com efeito, uma tal abordagem progressista constitui um exercício de desenvolvimento cognitivo que reflete a autonomia intelectual e política do estivo...

Certo exemplo prático de trabalho realizado, também se verifica de uma feita original e respetiva articulação com uma composição sonora, recorrendo a uma ferramenta de engenharia musical (Sound Editor) da geografia em colaboração com o docente de Dança, e por fim, montagem do produto final nas aulas de TIC, utilizando a aplicação Canva.

Um conceito, assim, que a integração de diferentes recursos e áreas de saber realça uma prática pedagógica moderna, centrada na criatividade e na exploração de múltiplas literacias, mobilizando de forma consistente, áreas como a digital, as artes e a comunicação, valorizando a expressão motora, a colaboração e a participação...

Transversalmente, foram também promovidas competências de pensamento crítico, comunicação e resolução de problemas, assim como dimensões socioeconómicas...



resistência ao desenvolvimento integral deste público. Importa ainda salientar a estratégia de disseminação sonora que inclui a divulgação dos resultados e produtos nas redes sociais da escola associada (EJA João Gonçalves Zarco). Uma tal ação amplia o alcance e o impacto da iniciativa, reforça o reconhecimento público do trabalho desenvolvido e realinha o papel principal da educação enquanto instrumento de emancipação individual e social.

O que destaca, de forma particularmente positiva, a capacidade da proposta em promover competências-chave no âmbito de um pensamento crítico, autonomia, comunicação e comunicação, conferindo-lhe formas, a sua pertinência formativa e relevância social.

Em síntese, considerou-se uma proposta sólida, criativa e profundamente significativa, que honra o espírito do DIEP e reforça o compromisso com a educação em meios prisionais.

A AEPF fez isto ao formular, a coordenação da direção do estabelecimento prisional e da escola associada, bem como o corpo docente pelo trabalho exemplar desenvolvido e pela mensagem educativa que projetam para toda a comunidade educativa.

Clique na imagem para ver o trabalho enviado a concurso

A proposta enviada a concurso pelo Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça (CPJ) evidencia um forte sentido de sentido público, coerença e planicidade com o espírito do DIEP.

A iniciativa intitulada "Sessão Comemorativa do Dia Internacional da Educação nas Prisões" da Realidade à Inclusão", destaca-se pelo enfoque no valor formativo e cívico da educação em contexto prisional, mobilizando um conjunto alargado de participantes, incluindo professores, formandos, comunidade escolar, equipas técnicas e instituições da sociedade civil.

Importa sublinhar a estratégia pedagógica que estrutura a proposta apresentada e que conferiu densidade formativa. Numa primeira fase, foi criada no âmbito do "Semestre, Mesa de Articulação e das Literacias" promovida de uma reflexão crítica, com a participação de prisioneiras da de referência, culminando numa simbólica "Exibição de Reretratagem" na qual cada participante deu voz à sua palavra, sobre o género a uma segunda oportunidade.

A sessão de 13 de outubro aprofundou o diálogo entre instituições e pessoas, reunindo membros do CPJ, do Estabelecimento Prisional da Carregueira, da RESHAP, do PAU e do Agrupamento de Escolas Virgem de Jurmênia, detida associada do EP na Carregueira, e promovendo aprendizagens formativas e uma mesa redonda centrada em temáticas basilares em comum a indivíduos privados de liberdade como: dignidade, inclusão e cidadania.

Os relatos dos formandos, anfitriões e intervenientes de transição, sublinham o papel da educação como instrumento de liberdade interior e como via estruturante para uma reabilitação social.

Os resultados e o debate de alto e a relevância da iniciativa. A fortaldade, a qualidade das reflexões e o reconhecimento de competências, como primeiro passo para a mudança, articularam-se com uma com-



unicação pública cuidada sustentada em registos fotográficos e em painéis visuais estruturados.

A identificação de responsáveis a planear os procedimentos e a disponibilização de meios reforçam a relevância da continuidade e realizabilidade do trabalho desenvolvido.

Em síntese, trata-se de uma condutância consistente, bem estruturada e socialmente impactante, que faz jus ao DIEP, dignifica a educação em contexto prisional.

A AEPF fez isto ao formular, as equipas do CPJ e do Estabelecimento Prisional da Carregueira, bem como docentes, alunos e intervenientes participantes na iniciativa, pelo trabalho realizado e pela transmissão de uma mensagem de dignidade e de esperança num futuro melhor.

Clique na imagem para ver o trabalho enviado a concurso

Empreitada da obra pública de remodelação da sede do CPJ

Finalmente, e não menos importante, destacam-se as obras de requalificação da sede do CPJ, há muito necessárias e desejadas, na medida em que o CPJ se encontra instalado, desde 1990 funciona num edifício num dos edifícios que integram o imóvel onde se encontra instalado o Centro Educativo Navarro de Paiva, adquirido, em 1932, pela Direcção Geral dos Serviços Jurisdicionais de Menores, com o produto do legado testamentário do Meritíssimo Juiz Conselheiro José da Cunha Navarro de Paiva e que eram destinadas ao alojamento de jovens aos quais era aplicada a medida tutelar educativa de internamento. As instalações encontravam-se em elevado grau de degradação e as obras, que tiveram início em 2025 visam a modernização do espaço e melhorar as condições de conforto e trabalho de todos/s. A concretização destas obras só foi possível com a atribuição de um reforço orçamental por parte do IIEFP, IP.

Entidades Outorgantes





Handwritten signatures and initials in blue ink.

X - ATIVIDADE FINANCEIRA

115. O quadro abaixo apresenta a execução orçamental de 2025, contemplando os correspondentes desvios da receita cobrada e despesa paga, face às dotações disponíveis, com o respetivo grau de execução orçamental geral de receita e de despesa.

Quadro 21 – Execução orçamental global

Descrição	Dotações corrigidas	Execução	Desvio	Grau de execução orçamental
Na posse do serviço	190 241,00 €	190 239,90 €	-1,10 €	100%
Receitas correntes	4 385 696,00 €	3 990 106,90 €	-395 589,10 €	91%
Receitas de capital + RNAP	2 729 483,00 €	1 252 116,29 €	-1 477 366,71 €	46%
Total da receita (1)	7 305 420,00 €	5 432 463,09 €	-1 872 956,91 €	74%
Activos financeiros	190 241,00 €	190 239,90 €	-1,10 €	100%
Despesas correntes	4 386 004,00 €	3 977 452,42 €	-408 551,58 €	91%
Despesas de capital	2 729 175,00 €	1 243 546,64 €	-1 485 628,36 €	46%
Total da despesa (2)	7 305 420,00 €	5 411 238,96 €	-1 894 181,04 €	74%
Saldo de gerência (1) - (-2)		21 224,13 €		

56

116. O nível de execução global da receita total situou-se em cerca de 86%, em linha com a execução global da despesa também em cerca de 74%. Apurando-se um saldo de € 21.224,13, resultante da diferença entre a receita executada e despesa paga.

117. É a seguir apresentada a execução orçamental da receita, por classes:

Quadro 22– Execução orçamental da receita

Saldo na posse do serviço	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Activos financeiros - Títulos de curto prazo	188 635,00 €	188 634,61 €	-0,39 €	100%
Na posse do serviço	1 606,00 €	1 605,29 €	-0,71 €	100%
Total - Saldo na posse do serviço	190 241,00 €	190 239,90 €	-1,10 €	100%
Receitas correntes	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Receitas próprias - outras instituições	4 156,00 €	4 155,60 €	-0,40 €	100%
Receitas próprias - CEDIC - Administração - Estado	384,00 €	383,30 €	-0,70 €	100%
Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - DGRSP	679 412,00 €	679 412,00 €	0,00 €	100%
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP - IEFP, IP	3 701 744,00 €	3 306 156,00 €	-395 588,00 €	89%
Total - Receitas correntes	4 385 696,00 €	3 990 106,90 €	-395 589,10 €	91%
Receitas de capital	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP - IEFP, IP	703 000,00 €	644 303,00 €	-58 697,00 €	92%
PRR-Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP - IEFP, IP	2 026 175,00 €	607 505,61 €	-1 418 669,39 €	30%
Total - Receitas de capital	2 729 175,00 €	1 251 808,61 €	-1 477 366,39 €	46%
Receitas - RNAP	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
RNAP - Reposições não abatidas aos pagamentos	308,00 €	307,68 €	-0,32 €	100%
Total - Receitas outras	308,00 €	307,68 €	-0,32 €	100%
Total Geral	7 305 420,00 €	5 432 463,09 €	1 872 956,91 €	74%

Entidades Outorgantes



[Handwritten signatures]

118. O saldo na posse do serviço corresponde ao valor acumulados dos saldos de gerência de anos anteriores (€ 190.239,90), foi aplicado em Títulos de Curto Prazo – CEDIC na data de 26 de novembro de 2025.
119. As receitas correntes e de capital são recursos financeiros, em regra, oriundas exclusivamente de transferências dos outorgantes do protocolo de criação do Centro (Portaria n.º 538/88 de 10 de agosto), ou seja, do IEFP, IP e da DGRSP. No ano de 2025, foi também arrecada receita no âmbito do Projeto Vision - Erasmus +, sendo esta proveniente de outras instituições, mais concretamente da Universidade da Beira Interior, na qualidade de gestor nacional do projeto comunitário, não obstante de, em termos orçamentais, se configurar como uma receita classificada como oriunda de outras instituições da UE.
120. A execução de 91% em receitas correntes reflete que a receita cobrada líquida foi inferior à receita disponível no montante de € 395.589,10.
121. Em relação à execução das receitas de capital de 46% esta apresenta-se aquém do expeável, contudo ressalve-se a execução das receitas provenientes do IEFP, IP – Funcionamento (92%). Quanto à receita no âmbito do PRR foi cobrada receita no montante de € 607.505,51, que representou uma execução de 30% das previsões corrigidas.
122. A baixa execução do PRR ficou a dever-se a fatores extrínsecos ao CPJ, designadamente à tramitação burocrática associada à terceira alteração à carta de compromisso que foi aprovada e assinada pelo IEFP em agosto de 2025 e à atribuição de um reforço orçamental por parte do IEFP, IP em final de julho, circunstâncias que determinaram a concentração dos procedimentos aquisitivos no segundo semestre. Paralelamente, registaram-se vários constrangimentos ao nível de alguns dos procedimentos aquisitivos como a caducidade de alguns por falta de apresentação dos documentos de habilitação; uma empresa que colocou uma ação em tribunal; lotes desertos; propostas excluídas; entre outros, factos que obrigaram, em alguns casos, ao relançamento dos procedimentos e, por conseguinte, a transição para 2026 de alguns processos.
123. O quadro seguinte apresenta em detalhe a decomposição da receita no último triénio:

[Handwritten initials]

Entidades Outorgantes



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Quadro 23– Detalhe da receita

	2023	2024	2025
Total da Receita	5 876 577,00 €	5 724 191,00 €	7 305 420,00 €
Cativos/Reserva (-)	0,00 €	0,00 €	34 031,00 €
Receita Disponível	5 876 577,00 €	5 724 191,00 €	7 271 389,00 €
Receita Cobrada	4 149 322,39 €	4 915 630,55 €	5 432 463,09 €
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA COBRADA			
RECEITAS CORRENTES			
Projeto Vision - Erasmus +	10 254,81 €	4 187,68 €	4 155,60 €
Transferências - IEFP	3 346 464,00 €	3 375 000,00 €	3 306 156,00 €
Transferências - DGRSP	526 765,00 €	661 765,00 €	679 412,00 €
Receitas próprias - CEDIC	34,47 €	174,19 €	383,30 €
Subtotal (1)	3 873 263,47 €	4 041 126,87 €	3 990 106,90 €
RECEITAS DE CAPITAL			
Projeto Vision - Erasmus +	0,00 €	6 099,91 €	0,00 €
Transferências de Capital - IEFP (Plafond)	97 000,00 €	176 250,00 €	644 303,00 €
Transferências de Capital - IEFP (PRR)	160 769,68 €	503 039,24 €	607 505,61 €
Subtotal (2)	257 769,68 €	685 389,15 €	1 251 808,61 €
RECEITAS RNAP			
Reposições não abatidas aos pagamentos	1 742,78 €	479,92 €	307,68 €
Subtotal (3)	1 742,78 €	479,92 €	307,68 €
Receita Cobrada - Líquida de SG (4) = (1) + (2) + (3)	4 132 775,93 €	4 726 995,94 €	5 242 223,19 €
Saldo de Gerência anterior * (5)	6 291,65 €	188 634,61 €	190 239,90 €
Total de receita do ano (4) + (5)	4 139 067,58 €	4 915 630,55 €	5 432 463,09 €

* Esta receita não teve subjacente qualquer fluxo financeiro visto se tratar do saldo de disponibilidades relativo ao saldo da gerência anterior, da componente que fica em posse do CPJ.

- 124.** A receita cobrada líquida em 2025, foi de € 5.432.463,09, decomposta em € 3.990.106,90 (73,45%) referentes a receitas correntes, em € 1.251.808,61 (23,04%) de receitas de capital, em € 307,68 (0,01%) de reposições não abatidas aos pagamentos, encontra-se também inscrito em receita o montante de € 190.239,90 (3,50%), referente à parcela dos saldos de gerência acumulados de anos anteriores na posse do Centro, porquanto não originou qualquer fluxo financeiro em 2025.
- 125.** A receita corrente arrecadada em 2025, no montante de € 3.990.106,90 foi inferior à receita corrente arrecadada em 2024 (€ 4.041.126,87) e superior à arrecadada em 2023 (€ 3.873.263,47), traduzindo-se num decréscimo de € 51.019,97 e de um acréscimo de € 116.843,43, face aos respetivos anos.
- 126.** A receita de capital arrecadada em 2025, no montante de € 1.251.808,61 foi superior à receita de capital arrecadada em 2024 (€ 685.389,15) e em 2023 (€ 257.769,68), traduzindo-se num acréscimo de receita cobrada de € 566.419,16 e de € 994.038,93, respetivamente.
- 127.** No âmbito do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência, o CPJ no ano de 2025 arrecadou € 607.505,61 de receita de capital, no exato montante da despesa realizada.

Entidades Outorgantes





Handwritten initials and signature

128. Em relação ao do projeto Vision – Erasmus + foi arrecadada uma receita total de € 4.155,60.

129. Apresenta-se de seguida a execução orçamental da despesa do ano de 2025 face às dotações corrigidas:

Quadro 24 – Execução orçamental da despesa

Despesas Correntes	Dotações corrigidas	Despesa paga líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
D1. Despesas com o pessoal	1 368 771,00 €	1 278 088,54 €	-90 682,46 €	93%
D2. Aquisição de bens e serviços	2 247 202,00 €	2 042 549,53 €	-204 652,47 €	91%
D4. Transferências e subsídios correntes	768 756,00 €	655 821,69 €	-112 934,31 €	85%
D5. Outras despesas correntes	1 275,00 €	992,66 €	-282,34 €	78%
Total - Despesas correntes	4 386 004,00 €	3 977 452,42 €	-408 551,58 €	91%

Despesas de capital	Previsões corrigidas	Despesa paga líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
D7. Investimento	2 729 175,00 €	1 243 546,64 €	-1 485 628,36 €	46%
D9. Despesas com ativos financeiros	190 241,00 €	190 239,90 €	-1,10 €	100%
Total - Despesas de capital	2 919 416,00 €	1 433 786,54 €	-1 485 629,46 €	49%
Total Geral	7 305 420,00 €	5 411 238,96 €	-1 894 181,04 €	74%

130. O grau de execução orçamental da despesa global com base na despesa paga cifra-se nos 74%, em linha com o grau de execução orçamental da receita cobrada líquida também de 74%.

131. Em relação às despesas correntes, o desvio apresentado face às dotações corrigidas no montante de – € 408.551,58, reflete uma execução abaixo das dotações disponíveis em todos os agrupamentos da despesa, conforme apresentado quadro 24.

132. A decomposição da despesa paga líquida por agrupamento económico, é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 25 – Despesas totais por agrupamento económico

	2023	%	2024	%	2025	%
Total da Despesa	4 065 182,19 €		4 905 834,65 €		5 411 238,96 €	
Despesas Correntes (por Agrupamento Económico)	3 809 809,53 €	93,72%	4 031 814,51 €	82,18%	3 977 452,42 €	73,50%
01 - Despesas com o Pessoal	983 534,30 €	24,19%	1 071 396,22 €	21,84%	1 278 088,54 €	23,62%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	2 167 734,07 €	53,32%	2 304 835,22 €	46,98%	2 042 549,53 €	37,75%
04 - Transferências Correntes	658 497,48 €	16,20%	655 521,99 €	13,36%	655 821,69 €	12,12%
06 - Outras Despesas Correntes	43,68 €	0,001%	61,08 €	0,001%	992,66 €	0,018%
Despesas de Capital (por Agrupamento Económico)	255 372,66 €	6,28%	874 020,14 €	17,82%	1 433 786,54 €	26,50%
07 - Aquisição de Bens de Capital	249 081,01 €	6,13%	685 385,53 €	13,97%	1 243 546,64 €	22,98%
IEFP (Plafond)	88 311,33 €	2,17%	182 346,29 €	3,72%	636 041,03 €	11,75%
IEFP (PRR)	160 769,68 €	3,95%	503 039,24 €	10,25%	607 505,61 €	11,23%
09 - Ativos Financeiros	6 291,65 €	0,17%	188 634,61 €	0,04679	190 239,90 €	4,783%
Saldo de Gerência - IEFP *	74 163,58 €		8 190,61 €		21 224,13 €	

* Nos anos de 2023, 2024 e 2025, em consonância com o plasmado nas respetivas Leis do Orçamento de Estado, a componente do saldo de gerência com origem em transferências do IEFP, IP, que são transferidas para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., conforme legalmente determinado. Estas verbas não são inscritas no orçamento de despesa, mas sim classificadas em operações extraorçamentais em cumprimento das instruções emanadas pela Direção Geral do Orçamento (DGO).

133. A despesa paga líquida do ano, atingiu o valor global de € 5.411.238,96, repartida por € 3.977.452,42 (73,50%) em despesas correntes e 1.433.786,54€ (26,50%) em despesas de Capital.

Entidades Outorgantes

\$ A E

134. Pela análise comparativa da execução orçamental de 2025 face à de 2024 e de 2023, verifica-se que o aumento mais significativo em despesas correntes ocorreu nos agrupamentos económicos 01 – Despesas com pessoal (“01”), com um aumento de despesa de € 206.692,32 e € 294.554,24, respetivamente. Nos restantes agrupamentos económicos que compõe as despesas correntes, a despesa manteve-se nos mesmos níveis ou com variações com pouca expressão, exceto no agrupamento económico 02- Aquisições de Bens e Serviços, no qual se verificaram reduções significativas, de - € 125.184,54 (6,13%) ,e de - € 262.285,69 (12,84%), respetivamente, em relação aos anos de 2023 e 2024.

60

135. Também as despesas com aquisição de bens de capital realizadas em 2025, no montante de € 1.433.786,54, refletem um aumento de despesa significativo face a 2024 e 2023, respetivamente, de + € 559.776,40 (39,04%) e + € 1.178.413,88 (82,19%), explicadas, fundamentalmente, pelos incrementos na execução do investimento PRR-Plano de Recuperação e Resiliência e pela execução da obra de remodelação do edifício da Sede do CPJ.

136. Em relação aos ativos financeiros, que refletem a aplicação em CEDIC dos saldos de gerência acumulados na posse do CPJ, a variação positiva e expressiva em 2025 face a 2023, de + € 183.948,25 (96,69%), é devida às instruções emanadas pela DGO para que o registo orçamental das aplicações CEDIC fosse realizado de uma forma diferente, ou seja, somente foi registada como aplicação financeira o saldo de gerência o montante de € 6.291,65, que correspondem ao saldo de gerência apurado em 2022, tendo o saldo de gerência acumulado de anos anteriores (€172.366,34) sido registado como uma restituição de receita, não refletindo o investimento em ativos financeiros efetivamente realizado.

137. O saldo de gerência apurado no ano de 2025 resultante da diferença entre o total da receita cobrada líquida (€ 5.432.463,09) e a despesa paga líquida (€ 5.411.238,96), foi de € 21.224,13. Este saldo corresponde assim à parcela da receita arrecadada não aplicada em despesa no ano.

138. A decomposição do saldo de gerência por origem de receitas, encontra-se representado no quadro seguinte:

Quadro 26 – Decomposição do saldo de gerência de 2025

Origem	Valores	%
Transferências do IEFP, IP - Funcionamento	10 752,29 €	50,66%
Transferências do IEFP, IP - Capital	8 261,97 €	38,93%
sub-total (1)	19 014,26 €	89,59%
Transferências da DGRSP - Funcionamento	2 209,59 €	10,41%
Receitas próprias	0,28 €	0,00%
sub-total (2)	2 209,87 €	10,41%
Total	21 224,13 €	100,00%

Entidades Outorgantes



\$ K L
M
ada

139. O saldo de gerência é composto por uma parcela de € 19.014,54 (89,59%) com origem nas transferências do IEFP, IP, e decomposto por € 10.752,29 com origem em transferências para Funcionamento e € 8.261,97 para Capital e, mais duas parcelas, uma relativa a receitas próprias de € 0,28 (0,0013%) e outra respeitante às transferências para funcionamento da DGRSP no montante de € 2.209,59 (10,41%).

140. Mantendo-se em 2026 o estatuído no n.º 4 do artigo 19.º da DLEO/2025, a parcela do saldo de gerência oriunda de transferências do IEFP, IP, será devolvida em 2026 ao IGFSS, IP, já a parcela oriunda da DGRSP, é registada em 2026 como saldo de gerência na posse do serviço, sendo a sua utilização (aplicação em despesa) condicionada à obtenção da autorização conjunta da tutela e das finanças.

61

141. Refira-se ainda que o saldo de gerência na posse do serviço, acumulado a 2025, é de € 192.449,77, relativo, exclusivamente, à parcela dos saldos de anos anteriores oriundos de transferências da DGRSP, conforme quadro seguinte:

Quadro 27 –Saldo de gerência acumulado na posse do serviço

Origem dos Saldos	Anos Anteriores	Ano 2025	Total
Transferências da DGRSP - Funcionamento	190 239,90 €	2 209,87 €	192 449,77 €

142. O grau de execução orçamental da despesa paga líquida face à receita cobrada líquida, foi de 99,61%, sem variação digna de registo face aos períodos homólogos de 2023 e 2024:

Quadro 28 – Execução orçamental – despesa total vs receita total

	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025
Receita Total	4 149 322,39 €	4 915 630,55 €	5 432 463,09 €
Despesa Total	4 065 182,19 €	4 905 834,65 €	5 411 238,96 €
% de execução orçamental	97,97%	99,80%	99,61%

143. O quadro seguinte elenca as despesas correntes do triénio 2023, 2024 e 2025 não respeitantes à atividade formativa do CPJ:

Quadro 29 - Execução financeira - despesas extra formação

	Ano 2023	%	Ano 2024	%	Ano 2025	%
Despesas com Viaturas	16 745,19 €	3,14%	24 221,51 €	4,25%	32 592,53 €	5,14%
Despesas com Obras Externas	4 280,89 €	0,80%	8 456,63 €	1,48%	12 734,70 €	2,01%
Despesas com Obras Internas	884,01 €	0,17%	52 743,63 €	9,26%	25 203,07 €	3,98%
Centro Qualifica	353 237,43 €	66,24%	344 698,58 €	60,53%	415 616,28 €	65,59%
Outras Despesas	158 148,71 €	29,65%	139 367,01 €	24,47%	147 553,81 €	23,28%
Total	533 296,23 €	100,00%	569 487,36 €	100,00%	633 700,39 €	100,00%

Entidades Outorgantes



[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

144. Da análise do mapa, considera-se destacar o acréscimo significativo da despesa com o Centro Qualifica face a 2023 e 2024, de (+€ 62.378,85) e (+ €70.917,70), respetivamente, circunstância que acompanha o aumento de atividade deste Centro, designadamente, para dar resposta ao elevado número de candidatos para processo RVCC, dado 2025 ter sido o ano em que finalizou o a atribuição do prémio monetário “Acelerador Qualifica, atribuído a quem concluisse a sua certificação.

145. Quanto a variações negativas nesta rubrica, o maior destaque é a variação negativa em Obras Internas face a 2024 (-€ 27.540,56) destaca-se o facto de neste ano ter sido registada nesta rubrica a despesa com o projeto da obra de requalificação da Sede, no montante de € 32.976,30, facto que consubstancia a redução ora apurada nesta rubrica.

146. A execução da despesa corrente líquida com a formação face às despesas correntes totais, bem como os indicadores despesa/hora/formação e despesa/hora/formando, são apresentados no quadro seguinte:

Quadro 30 - Execução financeira - despesas correntes/funcionamento com formação

	Ano 2023	% *	Ano 2024	% *	Ano 2025	% *
Despesas correntes totais **	3 801 649,53 €		4 027 626,83 €		3 973 296,82 €	
Despesas correntes totais c/ Formação	3 232 162,17 €	85,02%	3 458 139,47 €	85,86%	3 339 596,43 €	84,05%
Horas de formação executadas no ano	84 807		86 252		84 244	
Despesa Hora Formação	38,11 €		40,09 €		39,64 €	
Volume de formação executado no ano	707 068		715 438		700 597	
Despesa Hora Formando	4,57 €		4,83 €		4,77 €	

* Face a despesas correntes totais

** Despesas correntes totais, líquidas das despesas com o Projeto Vision

147. Como se constata, a taxa de execução no último triénio tem-se, na ordem dos 85%, bem demonstrando que, em regra, cerca de 15% das despesas correntes são relativas a despesas extra formação.

148. Tendo por base a informação de execução física do presente documento, expressa no “Quadro 7 – Mapa resumo de execução física”, foram apurados os indicadores despesa/hora/formação e despesa/hora/formando apresentados no quadro.

149. Da análise evolutiva dos indicadores não se registam alterações significativas no triénio 2023-2025, sem variações expressivas dignas de destaque. Importa ressaltar que o CPJ prossegue uma política de gestão assente na máxima racionalização dos recursos financeiros, conducente à obtenção de melhores resultados.

Entidades Outorgantes





\$ K K

150. Foram as realizadas despesas em obras de adaptação e/ou manutenção, conforme indicado no quadro seguinte:

Quadro 31 – Obras realizadas

	Local	Despesa
Obras Internas	NFA - Manutenção e conservação das Instalações	2 829,00 €
	NFA-Telheiros p/Tratores e Alfaias agrícolas	11 765,32 €
	SEDE-Instalação de Cancela	10 608,75 €
	Subtotal (1)	25 203,07 €
Obras Externas	EP V.Judeus-Criação Espaço para formação teórica	1 309,46 €
	CE Bela Vista-Obra Reparação Canalização Cozinha	1 758,90 €
	CE Santa Clara-Instalação de hatt industrial	1 715,85 €
	EPVJ-melhoramento espaço formativo multimidia	1 481,79 €
	EP Alcoentre-Melhoramento sala pratica polivalente	343,30 €
	CE BELA VISTA-Montagem de Equipamentos (Hotte e..)	934,80 €
	EPTIRES-Rep.De Inst.Elétrica e Mont.Equipamentos	5 190,60 €
Subtotal (2)	12 734,70 €	
Total Geral [(1)+(2)]		37 937,77 €

[Handwritten signature]

63

151. As despesas com as viaturas da frota do CPJ, designadamente, combustíveis, seguro automóvel, portagens e revisões/manutenções, foram nos montantes a seguir indicados:

Quadro 32 – Despesas com Viaturas

Viaturas	Despesa
Citroen Berlingo 93-95-OL	1.618,18 €
Fiat Tipo Station 72-ZH-38	6.771,26 €
Opel Astra 51-33-EJ	161,78 €
Volkswagen Golf 20-93-GH	463,05 €
Nissan 56-30-BV	373,51 €
Ford Transit 71-38-AZ	241,21 €
Trator Deutz DX3500 E-69-62-AO	165,53 €
Trator Valmet 455 4RM-XB-83-96	388,78 €
Trator Fiat 91-28-HT	31,33 €
Trator Fendt 67-86-BQ	419,60 €
Trator Newholland 33-29-LN	404,70 €
Reboque E-8622	4,74 €
Reboque L-116159	199,61 €
Dacia Lodgy 39-OG-68	3.797,16 €
Dacia Logan 38-OG-66	1.478,43 €
Dacia Dokker 38-OG-17	4.632,83 €
Toyota Yaris BC-74-JO	1.932,66 €
Trator BF-25-TV	1.127,02 €
Renault BP-72-LU	10,13 €
Total Geral	24.221,51 €

152. Importa referir que a frota automóvel do CPJ é composta por algumas viaturas matriculadas há mais de 15 anos, que se pretendem abater por não poderem circular na cidade de Lisboa e não se justificarem os custos de manutenção associados.

153. Foram enviadas, à Direção de Serviços de Coordenação da Atividade Formativa do IEFP, IP, várias informações estatísticas e as alterações orçamentais realizadas para a execução do orçamento.

Entidades Outorgantes



4 5 6

154. Foram ainda satisfeitos, em tempo oportuno, os pedidos de informação provenientes do IEFP, IP, da DGO, do Gabinete de Estratégia e Planeamento, da Secretaria- Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entre outros.

M
O

Entidades Outorgantes



f *f* *f*

XI – CONTABILIDADE DE GESTÃO

155. No âmbito da Contabilidade de Gestão e por forma a dar resposta aos requisitos e objetivos preconizados pela Norma de Contabilidade Pública 27 – Contabilidade de Gestão, prosseguiu-se em 2025 com a metodologia eleita pelo CPJ, como aquela que melhor dá resposta aos mesmos no âmbito da sua atividade e pela natureza de custos. Assim, o apuramento dos indicadores foi efetuado por recurso a centros de responsabilidade (vulgo centros de custo), e nestes termos foram utilizados centros para aglutinarem os custos diretos com a(s) atividade(s) e outros para os custos indiretos. Estes últimos, por sua vez, estão classificados por custos incorporáveis na atividade formativa e por custos não incorporáveis, sendo esta distinção realizada em conformidade com as regras de elegibilidade dos custos no âmbito da formação cofinanciada pelo Fundo Social Europeu. Quanto à imputação dos custos indiretos à atividade formativa, a mesma foi concretizada pela aplicação de coeficientes calculados a partir dos volumes da formação do ano, expressos no “Quadro 7 – Mapa resumo de execução física” do presente documento

M

156. Refira-se que, dada a natureza do seu público-alvo do CPJ, população jovem e adulta à guarda da DGRSP, não foram gerados quaisquer rendimentos provenientes da sua atividade formativa ou de qualquer outra.

157. O quadro seguinte apresenta os indicadores de gestão apurados em 2025:

Quadro 33 – Indicadores de Gestão

CUSTOS DO EXERCÍCIO DE 2025						
Desagregação de Custos por atividade						
Atividades	Diretos (1)	Indiretos			Total de Custos Incorporáveis (1) + (2)	Total
		Incorporáveis (2)	Não Incorporáveis (3)	Total Indiretos (2) + (3)		
Formação profissional						
Cursos EFA	1 526 544,56 €	1 176 984,51 €	141 188,46 €	1 318 172,98 €	2 703 529,07 €	2 844 717,54 €
Cursos FMC	579 762,96 €	374 247,51 €	44 893,91 €	419 141,41 €	954 010,47 €	998 904,37 €
sub-total	2 106 307,52 €	1 551 232,02 €	186 082,37 €	1 737 314,39 €	3 657 539,54 €	3 843 621,91 €
Centro Qualifica do CPJ	415 616,28 €	- €	- €	- €	415 616,28 €	415 616,28 €
Obras de requalificação externas	12 734,70 €	- €	- €	- €	12 734,70 €	12 734,70 €
Obras de requalificação internas	25 203,07 €	- €	- €	- €	25 203,07 €	25 203,07 €
Total	2 559 861,57 €	1 551 232,02 €	186 082,37 €	1 737 314,39 €	4 111 093,59 €	4 297 175,96 €

Entidades Outorgantes





Indicadores de análise do custo da atividade Formativa - Ano 2025

	Modalidade formativa	Custos Incorporáveis		Custos Totais	
		EP	CE	EP	CE
Custo médio dos cursos	Cursos EFA	25 650,72 €	6 154,54 €	26 893,17 €	6 745,15 €
	Cursos FMC	3 866,71 €	10 521,31 €	4 085,90 €	10 908,97 €
Custo por formando	Cursos EFA	1 854,04 €	718,03 €	2 192,13 €	1 388,71 €
	Cursos FMC	279,81 €	1 171,99 €	295,67 €	1 215,18 €
Custo hora formação	Cursos EFA	49,00 €	16,99 €	51,37 €	18,62 €
	Cursos FMC	51,25 €	41,32 €	54,15 €	42,84 €
Custo hora formando	Cursos EFA	5,48 €	2,77 €	5,75 €	3,03 €
	Cursos FMC	4,69 €	7,21 €	4,95 €	7,47 €

66

Indicadores de análise do custo da atividade Formativa

	Modalidade formativa	Custos Incorporáveis		Custos Totais	
		EP	CE	EP	CE
Custo médio dos cursos	Cursos EFA	23 713,28 €	5 051,19 €	24 787,50 €	5 526,92 €
	Cursos FMC	4 199,89 €	8 951,06 €	4 418,67 €	9 247,19 €
Custo por formando	Cursos EFA	1 758,95 €	676,00 €	1 838,63 €	739,66 €
	Cursos FMC	286,25 €	1 118,88 €	301,16 €	1 155,90 €
Custo hora formação	Cursos EFA	48,45 €	13,99 €	50,65 €	15,30 €
	Cursos FMC	49,98 €	41,35 €	52,58 €	42,72 €
Custo hora formando	Cursos EFA	5,34 €	2,65 €	5,59 €	2,90 €
	Cursos FMC	4,53 €	7,50 €	4,76 €	7,75 €

158. No exercício de 2025, foi apurado um total de 4.297.175,96€ de custos, subdivididos em 2.559.861,57€ (59,57%) de custos diretos e 1.737.314,39€ (40,43%) de custos indiretos, estes, por conseguinte, ainda se dividem em custos indiretos incorporáveis na atividade formativa (1.551.232,02€) e não incorporáveis.

159. No exercício de 2025, o total de custos incorporáveis com a formação profissional ascendeu € 3.657.539,54€, este montante reparte-se em 2.106.307,52€ (57,50%) relativos a custos diretos e 1.551.232,02€ (42,50%) de custos indiretos.

160. Em relação aos custos incorporáveis por tipologia, 2.703.529,07€ (73,90%) são relativos a cursos EFA e 954.010,47€ (26,10%) a cursos FMC.

161. Considerando a integração dos custos indiretos não incorporáveis na formação (relativos a atividades extra formação), no montante de 186.082,37€, os custos com a atividade formativa ascenderam a um total de 3.843.621,91€, sendo 2.844.717,54€ (74%) em cursos EFA e 998.904,37€ (26%) em FMC

Entidades Outorgantes



Handwritten initials and signatures in blue ink, including a large signature on the right side of the page.

162. Foram ainda apurados custos diretos incorporáveis noutras atividades, nomeadamente, com o Centro Qualifica, no montante de 415.616,28€ (9,67% do total de custos), e com obras de requalificação externas e internas, no montante de 12.734,70€ (0,29% face ao total) e 25.203,07€ (0,58% do total), respetivamente.
163. Quanto aos indicadores de análise do custo da atividade formativa, os mesmos foram a partir dos custos expressos no quadro 33, aos quais foram aplicados os indicadores de execução física acumulada de 2025 expressa no “Quadro 7 – Mapa resumo de execução física” em epígrafe no presente documento.
164. Pela sua análise, e vamo-nos cingir aos custos totais apurados, verifica-se que o custo médio dos cursos EFA em EP (26.893,17€) é significativamente maior que o apurado em CE (€ 6.745,15). Contrariamente, nos cursos FMC, o custo total médio em CE (10.908,97€) é maior que o apurado EP (4.085,90).
165. Em relação ao custo por formando, mantém-se a tendência, ou seja, o custo por formando apurado em cursos EFA em EP (2.192,13€) é superior ao apurado em CE (1.388,71€). Já no respeitante a cursos FMC, o custo por formando em EP (295,67€) é inferior ao apurado em CE (1.215,18€).
166. Quanto ao custo hora formação, este indicador é maior em EP em ambas as tipologias de formação, 51,37€ em cursos EFA e 54,51€ em cursos FMC, face a 18,62€ e 42,84€ em CE, respetivamente.
167. Quanto ao custo hora formando, é retomada a tendência dos outros indicadores, ou seja um custo maior em EP para cursos EFA (5,75€) face ao apurado em CE (3,03€) e, nos cursos FMC, um custo menor em EP (4,95€) face ao apurado em CE (7,47€).



(Handwritten marks)

XII – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração do CPJ propõe que o Resultado Líquido negativo do exercício de 2025, apurado nas demonstrações financeiras segundo o SNC-AP, no valor de (-€ 14.446,04) (catorze mil quatrocentos e quarenta e seis euros e quatro cêntimos), seja aplicado em Resultados Transitados.

(Handwritten signature)

Entidades Outorgantes



[Handwritten signatures and initials]

XIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num ano marcado por alguma instabilidade ao nível da estrutura de dirigentes do Centro.

Ao nível do Conselho de Administração contou com a substituição de três dos seus elementos: a nomeação do Diretor-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais, Dr. Orlando Manuel Figueiredo de Carvalho, foi nomeado vogal do Conselho de Administração, em representação do outorgante DGRSP e em resultado da exoneração do Prof. Dr. Rui Abrunhosa Gonçalves, no mesmo cargo. A Dr.ª Conceição Isabel Eugénio da Silva foi nomeada em representação do IEPF, I.P. na sequência da exoneração do Dr. Nuno Miguel Martins Ferreira Tomás. O Dr. Paulo Jorge dos Santos Rio, foi nomeado em representação pela DGRSP, por força da exoneração do Dr. João Henrique d'Oliveira Córias que passou à situação de aposentado. O chefe da Divisão de Gestão Financeira contou, durante o primeiro semestre do ano, com uma nomeação em regime de suplência, justificada pela baixa prolongada por motivos de saúde do titular do cargo. Desde janeiro de 2024 que a Diretora do Centro tem vindo a assumir a gestão direta da equipa da Divisão de Recursos Humanos, Apoio Jurídico e Informático e isso porque não se procedeu à substituição do seu dirigente. Apesar dos constrangimentos que estas mudanças podem ter no funcionamento das equipas, o que é facto é que esta situação acabou por não ter impactos negativos na atividade do Centro e na concretização das metas/objetivos fixados, como ficou bem patente ao longo deste Relatório.

Aliás, os resultados alcançados no que diz respeito à atividade formativa, foram idênticos aos conseguidos em 2024 (o Centro não tem margem de progressão considerando a dimensão da equipa), resultados esses que tinham sido os mais bem conseguidos desde 2019 e superaram os de 2022 e 2023 em todos os indicadores de referência.

No que respeita à atividade financeira, no ano de 2025 os resultados alcançados também foram muito aproximados dos de 2024. Em relação à execução orçamental face às dotações orçamentais ter sido de 74%, sendo inferior em 12% à alcançada em 2024 (86%), importa destacar que tal se deveu à razões alheias à intervenção do Centro, nomeadamente, pelas cativações expressivas aplicadas à dotação disponível no início do ano que teve implicações na execução orçamental do ano, bem como, pelos investimentos no âmbito do PRR não terem decorrido conforme o previsto pelas razões já indicadas anteriormente (ponto 123), não obstante, a execução orçamental ascendeu a € 5.411.967,64, um acréscimo de +€ 506.132,99 face a 2024. Foi apurado um saldo de gerência de € 21.224.13, que apesar de ser ligeiramente superior ao de 2024, + €11.473,23, é considerado muito positivo, nomeadamente, porque esta verba não foi aplicada em despesa pela não receção atempada dos documentos de quitação ou da obtenção das autorizações de despesa por parte de membros do governo, ou seja, por motivos exógenos ao CPJ.

Entidades Outorgantes





\$ b k

Com efeito, de acordo com os dados da DGRSP relativos a 2024 a esmagadora maioria da população reclusa, num total de 12.360, 78% detinha habilitações escolares até o 9.º ano de escolaridade, sendo que a esmagadora maioria não possuía sequer o ensino secundário, sendo por isso estratégica a aposta em respostas qualificantes de dupla certificação, seja através de cursos EFA, especialmente de nível básico, seja de processos RVCC.

[Handwritten signature]

O CPJ tem assumido esta resposta como prioritária tendo dado um relevante contributo neste domínio. Assim, em 2025, realizaram-se processos de RVCC em 18 EP e, em articulação com as escolas associadas, implementaram-se 132 cursos EFA, dos quais 67% são de nível básico. Nos EP foram desenvolvidos 97EFA que abrangeram 1.342 reclusos.

70

Também ao nível do Centro Qualifica, as metas relativas ao número de inscritos e de encaminhamento não só foram largamente superadas, como, por comparação com o período homólogo, todos os indicadores de referência foram superados (inscritos, encaminhados, em processo e certificados). Face a 2024, em 2025, foram inscritas mais 226 pessoas, encaminhadas para ofertas formativas e processos RVCC mais 263 e foi certificados em processos de RVCC mais 118 adultos.

Os maiores desafios que se colocam à missão do CPJ são, desde logo:

- A dispersão geográfica da sua intervenção que abrange todo o Portugal continental. Com efeito, a formação teve lugar em 40 dos 43 Estabelecimentos Prisionais (excluídos os EP de Monsanto e o Hospital Psiquiátrico João de Deus) e nos 6 Centros Educativos existentes em Portugal continental, facto que dificulta muito as ações de acompanhamento, de “gestão” da formação e dos espaços formativos. Realça-se o facto de o CPJ ser constituído por uma equipa muito pequena (apenas 35 trabalhadores, 9 dos quais afetos à área da formação profissional e destes, conta-se apenas com 7 técnicos superiores que assumem as funções de gestores das ações de formação).
- A intervenção do Centro Qualifica também se reveste de alguma complexidade quando comparado com os demais Centros Qualifica do País, na medida em que a sua atividade assenta muito nas itinerâncias que realizam em todo o território continental. Com efeito, em 2025, para além das intervenções realizadas para a população civil da NUTIII, foram desenvolvidos processos RVCC em 16 Estabelecimentos Prisionais dispersos por todas as regiões do País, numa linha que se estendeu de Bragança a Faro.
- Toda a atividade decorre “fora de portas” e “dentro de muros”. Com exceção do Núcleo de Alcoentre, o CPJ não dispõe de espaços formativos próprios e onde se encontra sedeadada a equipa do Centro Qualifica.

Entidades Outorgantes



A S P
M
adh

- A formação decorre dentro dos EP e dos CE, situação que se reveste de grande complexidade, pois, para além da necessidade do cumprimento das regras que presidem ao funcionamento da formação, há necessidade de cumprir as regras em vigor nestas entidades. Exemplos disso são o facto de não ser possível o recurso à internet ou a falta de guardas para vigiarem os formandos.
- O perfil dos reclusos, caracterizado por baixas qualificações (escolares e profissionais) associado a uma menor motivação/disponibilidade para a frequência da formação que, não sendo de carácter obrigatório, traduz níveis de absentismo com alguma expressão. As taxas de absentismo são também justificadas por fatores contextuais, como a falta de guardas prisionais para vigiarem os reclusos em formação; a falta de carros celulares para a deslocação dos formandos para os espaços formativos situados fora dos EP (quintas e NFA) ou, mesmo dentro dos EP, quando os espaços formativos se situam em espaços próprios que exijam a deslocação de guardas para controlo de segurança; as ausências motivadas por diligências obrigatórias, como idas a tribunal, médico ou outras; as interrupções da formação justificadas pelas transferências dos reclusos para outros EP ou o termo das penas. A taxa de abandonos foi assim de 15,7% (idêntica à registada no ano transato: 16%) sendo 65% motivadas por fatores extrínsecos ao CPJ (fins de medidas, saídas em liberdade condicional, transferências para outros EP/CE, colocação em outras atividades e motivos disciplinares). O termo das penas constitui o principal motivo de interrupção da formação (representa 40% dos abandonos).
- Existe alguma concorrência entre a formação profissional e as atividades económicas. EP que estabelecem parcerias com empresas, os salários pagos por estas são mais atrativos do que as bolsas pagas na formação (1€/hora), facto que remete a formação para segundo plano, caso o recluso tenha a oportunidade de escolha. Esta questão é igualmente relevante quando se trata da realização de processos RVCC, já que os mesmos decorrem em período laboral e existe alguma dificuldade na compatibilização dos horários.
- Os processos de RVCC são quase exclusivamente escolares porquanto é muito difícil a constituição de grupos para a realização de processos de dupla certificação ou apenas profissionais. Para estes casos exigem-se secções profissionais compatíveis com as saídas profissionais a certificar nos EP em que se encontram detidos. Manifestamos aqui a nossa preocupação com o facto de, com a extinção da ANQEP, IP em 2025 e a transferência das suas competências para o EDUQA, IP, o IEF, IP e a DGERT, se possa verificar alguma descontinuidade nesta atividade.
- A dificuldade de recolha dos documentos obrigatórios à frequência da formação. Os formandos têm de ser, antecipadamente, inscritos na plataforma SIGO, a qual exige, com carácter de obrigatoriedade, um conjunto de dados de identificação bem como o certificado de habilitações, que condicionam o acesso à formação (Cartão de cidadão/autorizações de residência, NISS/NIF).



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

- Os Estabelecimentos Prisionais não têm qualquer procedimento interno estruturado que permita, de forma organizada e célere, o acesso a este tipo de dados, o que faz com que os Técnicos do CPJ, nos momentos em que têm processos de seleção a decorrer em todas as cadeias de Norte a Sul do país, se deparem com sérias dificuldades para conseguir, atempadamente, iniciar as ações para as quais, muitas vezes, os professores já se encontram colocados pelos Agrupamentos das Escolas parceiras.
- Ainda sobre esta matéria, um outro aspeto a salientar, prende-se com a caducidade dos documentos de identificação, pois sempre que o adulto, à data de conclusão da sua certificação, não possui o documento de identificação válido, não poderá ter acesso ao mesmo.
- Alguns Agrupamento escolares / escolas cobram pela emissão dos certificados. De referir que é o CPJ quem, normalmente, faz estas diligências junto das escolas e esta cobrança cria constrangimentos adicionais. Seria desejável que o Ministério da Educação emitisse uma orientação nacional de isenção desta taxa para pessoas que se encontrem a cumprir medidas privativas de liberdade.
- Aos reclusos que se encontrem sujeitos a medidas prisão preventiva não lhes é possível a frequência de percursos completos qualificação.
- O facto de os jovens dos CE estarem sujeitos à frequência da escolaridade obrigatória e de as medidas tutelares de internamento serem, em regra, de curta duração, implica uma enorme circularidade nas suas entradas e saídas dos CE, facto que torna muito complexa a constituição dos grupos de formação nos moldes habitualmente definidos. O conceito de grupo de formandos é aqui muito discutível. Nestes casos, aplica-se o princípio da flexibilidade que, preconizado no Sistema Nacional de Qualificações, permite a organização da formação em UFCD/UC, certificáveis *de per si* e capitalizáveis em torno de um percurso de qualificação, com entradas e saídas dos percursos formativos a todo o tempo. A imagem que melhor ilustra esta situação é a de um comboio em marcha (o percurso de qualificação), conduzido por três maquinistas (o CE, o ME e o CPJ), composto por várias carruagens (UFCD), que vai parando em várias estações com entradas e saídas de passageiros (os formandos). Quando o comboio inicia a marcha não sabe ao certo quantos serão os passageiros que transportará. Esta situação constitui, na verdade, um dos desafios mais complexos a qualquer operador de formação, só sendo possível no quadro de uma excelente colaboração entre os intervenientes.

Como aspetos positivos, realça-se:

- A vasta experiência de quase 40 anos de existência do CPJ, tem permitido a afirmação da sua imagem, da sua história e da sua marca distintiva como centro de formação cuja missão, altamente meritória, é a qualificação de pessoas privadas de liberdade para proporcionar a estas pessoas as mesmas condições de acesso à formação e de oportunidades que aos demais cidadãos, e com isso contribuir para a melhoria dos seus níveis de empregabilidade e uma melhor inserção socioprofissional futura.

Entidades Outorgantes





- A ligação do CPJ com a DGRSP na elaboração dos Planos de Formação que, face à dispersão dos interlocutores dos EP e dos CE, permite uma melhor conciliação de interesses na sua definição, bem como a boa receptividade a acolhimento que o CPJ tem tido junto dos EP e CE que apoiam a implementação do Plano de Atividades.
- Salienta-se, de igual modo, o facto de o Sr. Diretor-Geral e de um dos Subdiretores da DGRSP integrarem o Conselho de Administração do CPJ, o que facilita muito a articulação com os responsáveis dos EP e CE, uma vez que o CPJ não tem qualquer poder de intervenção junto destas entidades. Por esta via, torna-se mais fácil a articulação e agilização de procedimentos tendo em vista a resolução de problemas.
- A parceria com a DGeST que permite a colocação de professores nos EP e CE, constitui uma importante mais-valia para a implementação dos cursos de dupla certificação, na medida em que são conhecidas as dificuldades ao nível do recrutamento de professores.
- Salienta-se o importante contributo que o investimento associado ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, tem representado na modernização dos espaços formativos, permitindo uma valorização da formação profissional e a introdução de tecnologias relacionadas com as competências digital e ambiental, em linha com as prioridades europeias e nacionais sobre a necessidade de qualificação nestas áreas.
- A relação de proximidade com o IEFP, IP, entidade outorgante do protocolo de criação do Centro e que se encontra representado em todos os Órgãos Sociais do Centro, têm contribuído para se encontrarem soluções para muitos dos problemas com que o Centro se vem debatendo. Exemplo disso é o reforço do orçamento para a realização de obras de melhoria, de carácter urgente, que se irão realizar em 2025.
- Em 2025, registou-se a adesão de todos os EP e dos CE, à utilização da plataforma Human Train, uma plataforma de gestão da formação, veio facilitar a inscrição de candidatos à formação e, de alguma maneira, facilitar o processo de recolha de elementos necessários para tal.

Como notas finais, importa salientar que, dando cumprimento às recomendações feitas quer pela Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, quer as que vêm expressas no Estudo de avaliação externa feito em 2023 pelo IPPS – ISCTE-IUL aos Centros Protocolares onde se inclui o CPJ, foi formalizado junto do Departamento de Formação Profissional do IEFP, IP um pedido de revisão do protocolo de constituição do CPJ visando a regularização dos seus membros constitutivos e a alteração da sua designação no sentido de se eliminar a palavra “Justiça” dos certificados de formação, na medida em que esta referência denuncia a passagem dos formandos pelo sistema judicial, facto que, por si só, constitui um fator de discriminação negativa no contexto da sua inserção socioprofissional. Esta situação é particularmente crítica para os jovens a quem são

Entidades Outorgantes



R S K

aplicadas medidas tutelares educativas e sobre os quais não deve pender qualquer referência ao sistema judicial. Aguarda-se resposta por parte do IEFP a esta solicitação.

É, igualmente, importante que se concretize a revisão dos Despachos Conjuntos n.º 22038/2009, de 20 de outubro e n.º 51/99, de 1 de junho, visando flexibilizar, com as devidas adaptações, a possibilidade de frequência de quaisquer medidas de formação inscritas no Sistema Nacional de Qualificações por parte dos jovens e adultos sujeitos a medidas privativas de liberdade.

Será, também importante que ao nível legislativo (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional), se considere um regime de exceção para os reclusos estrangeiros de países terceiros, documentados ou não, possam aceder à frequência da formação, uma vez que não têm condições para a obtenção dos vistos de residência, porquanto a sua “residência” é, para todos os efeitos, o estabelecimento prisional. Esta questão é particularmente relevante considerando que em dezembro de 2024 os reclusos estrangeiros representavam 17% (2.151) do universo total (12.630) (Fonte: DGRSP).

Para a população estrangeira que se encontre em situação de privação de liberdade, e sendo a esmagadora maioria indocumentada e sem condições para tratar dos documentos, seria importante também estabelecer na Portaria que regulamenta os cursos Português Língua de Acolhimento um regime de exceção para que estas pessoas possam frequentar.

Sugere-se ainda que ao nível do Sistema Judicial e, em particular nos EP, se consigne a Formação Profissional como uma resposta efetiva, cuja participação e aproveitamento conseguido releve para o processo de avaliação do plano individual de readaptação por parte do Conselho Técnico e que tenha impacto na proposta aos tribunais de alterações das situações prisionais, bem como, e dentro do possível, não se efetuem transferências de EP de formandos integrados em formação profissional.

Manifestamos a nossa preocupação relativamente à continuidade da atividade do Centro Qualifica no que diz respeito à possibilidade de realização de processos de certificação escolar, na medida em que as competências da ANQEP, IP foram transferidas para o EDUQA, IP no que diz respeito à componente escolar e, para o IEFP, IP e DGERT, no que diz respeito à componente profissional.

Em síntese, de uma forma global, pode concluir-se que face aos resultados conseguidos foram francamente positivos e evidenciam, sem sombra de dúvida, o esforço, a dinâmica e o empenhamento de uma pequena equipa que trabalha em condições tão complexas como as que ficaram bem patentes neste Relatório. Com efeito, ao nível da formação profissional e do Centro Qualifica, conseguiram-se os melhores resultados desde

Entidades Outorgantes



2019, no que diz respeito ao número de ações de formação realizadas, número de formandos abrangidos. Também ao nível da execução financeira conseguiu-se um bom resultado que só não foi superior porque foi negativamente influenciada por fatores extrínsecos ao CPJ: execução do PRR que ficou comprometida pelas razões enunciadas no capítulo sétimo e ter ficado dotação disponível na rubrica dos recursos humanos (rúbrica não passível de alterações) justificado pelo facto de se terem verificado baixas médicas e a vacatura de um lugar de dirigente. Salienta-se ainda o saldo de gerência de valor reduzido, como é desejável que assim seja.

A última palavra é de agradecimento à equipa do CPJ que se alinou com os objetivos estratégicos do centro e, sem o seu empenho e esforço coletivo, estes resultados não teriam sido possíveis.

O CPJ entende que Qualificação não é apenas um direito, é também um caminho para a transformação, permitindo que aqueles que estão privados de liberdade possam reconstruir as suas vidas e contribuir positivamente para a sociedade. Investir na capacitação é investir na dignidade humana, na esperança e na justiça social.

Lisboa, 23 de março de 2026

A Diretora do Centro

(Conceição Matos)

Aprovado pelo Conselho de Administração na reunião n.º 338 realizada a 27 de março de 2025

A Presidente do CA

(Ana Cristina Alves)

Os Vogais

(Orlando Manuel de Figueiredo Carvalho)

(Paulo Jorge do Santos Rio)

(Conceição Isabel Eugénio da Silva)

Entidades Outorgantes